

VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
ATIVO (R\$)

	31/12/2020	31/12/2019	Nota
		<b>Reapresentado</b>	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>42.056.476</b>	<b>45.102.882</b>	
<b>Disponível</b>	<b>32.350.978</b>	<b>39.662.846</b>	
Conta Vinculada	32.350.978	39.662.846	(4)
<b>Direitos Realizáveis</b>	<b>9.705.498</b>	<b>5.440.036</b>	
Adiantamentos Concedidos	677.873	728.669	(5a)
Permissões p/uso de pátios a receber	1.487.338	740.142	(7a)
Créditos tributários a compensar	1.679.580	1.415.172	(5b)
Outros Créditos a Receber	18.243.528	14.938.874	(5c)
Ajuste p/ Perda Demais Créditos	(12.382.821)	(12.382.821)	(5c)
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>3.701.631.852</b>	<b>3.523.331.538</b>	
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>115.922.885</b>	<b>110.642.754</b>	
Depósitos de Cauções	233.338	233.338	(6a)
Depósitos Judiciais	90.154.987	88.940.350	(6b)
Permissões p/uso de pátios a receber	25.488.517	21.387.934	(7b)
Valores a Receber (Assist. Médica- Geipot)	46.043	81.132	(6c)
<b>Investimentos</b>	<b>959.800.293</b>	<b>983.752.562</b>	(8)
Participação Societária - MEP	959.774.015	983.726.284	(8b)
Participação Societária - CUSTO	26.278	26.278	(8a)
<b>Imobilizado</b>	<b>2.615.171.591</b>	<b>2.408.672.791</b>	(9)
Terrenos	404.877.899	400.077.268	
Geral	11.313.961	16.351.768	
Bens Imóveis	6.324.576	8.768.368	
Bens Móveis	36.950.427	36.898.963	
(Depreciações Acumuladas -Bens Imóveis)	(5.680.648)	(7.105.827)	
(Depreciações Acumuladas -Bens Móveis)	(26.263.300)	(22.192.642)	
(Redução ao Valor Recuperável - Bens Móveis)	(17.094)	(17.094)	
FNS - Ferrovia Norte-Sul	0	283.967	
Implantação de Ferrovias - FNS	49.144.521	356.887.041	
Estudos e Projetos - FNS	0	53.392.000	
Ativo de Concessão Imóveis - FNS	12.221.663.667	11.777.782.770	
CMT Lei 8.200/91 - FNS	283.967	283.967	
(Redução ao Valor Recuperável - FNS)	(11.354.416.372)	(11.271.386.028)	
(Depreciações Acumuladas - FNS)	(916.675.783)	(916.675.783)	
FIOL - Ferrovia de Integração Oeste Leste	2.033.281.106	1.829.037.530	
Implantação de Ferrovias - FIOL	5.275.090.026	4.975.658.603	
Estudos e Projetos - FIOL	4.128.336	44.456.424	
(Redução ao Valor Recuperável - FIOL I)	(3.245.937.256)	(3.191.077.497)	
Outros	165.698.625	162.922.258	
Estudos e Projetos - Outros	157.502.969	154.364.911	
Ativo de Concessão Imóveis - Pátios	9.009.461	9.009.461	
(Depreciações Acumuladas - Pátios)	(813.805)	(452.114)	
<b>Direito de Uso</b>	<b>6.044.654</b>	<b>13.073.543</b>	(14)
Direito de Uso de Veículos e Imóveis	36.138.032	63.018.759	
(Depreciação Acumulada - Direito de Uso)	(30.093.378)	(49.945.216)	
<b>Intangível</b>	<b>4.692.429</b>	<b>7.189.888</b>	(10)
Direito de uso de Comunicação	139.790	139.790	
Software	11.428.470	14.790.286	
(Amortizações Acumuladas)	(6.875.831)	(7.740.188)	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>3.743.688.328</b>	<b>3.568.434.420</b>	

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
P A S S I V O (R\$)

	31/12/2020	31/12/2019	Nota
		Reapresentado	
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>318.636.324</b>	<b>29.851.035</b>	
Fornecedores	0	27.299	(11a)
Provisão de férias c/ encargos	14.675.584	11.624.595	(11c)
Salários a pagar	5.559.214	8.042.089	
Encargos a pagar	312.821	74.964	
Tributos retidos a recolher	295.239	295.239	
Receita a diferir - Pátios e Terminais	2.271.695	1.807.993	(13)
Retenções s/ salários a pagar	485.451	508.260	
Provisões de Ações Trabalhistas/Cíveis	290.971.766	0	(12b)
Passivo de Arrendamento	4.064.554	7.470.596	(14)
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>542.347.474</b>	<b>1.083.140.951</b>	
Fornecedores	3.077.451	3.077.451	
Depósitos retidos sobre fornecedores	38.526.493	38.483.270	(12a)
Provisões de Ações Trabalhistas/Cíveis	475.158.953	1.010.995.556	(12b)
Depósitos de Cauções	233.338	233.338	(6a)
Receita a diferir - Pátios e Terminais	23.371.139	24.748.389	(13)
Passivo de Arrendamento	1.980.100	5.602.947	(14)
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.882.704.530</b>	<b>2.455.442.434</b>	
Capital Social	22.233.502.272	22.233.502.272	(15a)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	903.489.907	568.674.563	(12c)
Prejuízos Acumulados	(20.254.287.649)	(20.346.734.401)	(15b)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>3.743.688.328</b>	<b>3.568.434.420</b>	

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A  
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
 DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
 Em R\$ 1

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019	Nota
		Reapresentado/ Reclassificado	
<b>RECEITAS</b>			
Receita de Exploração da Ferrovia	20.909	69.896	
Permissão para uso de pátios	1.963.548	3.976.486	
(-) Deduções de Receita	(443.967)	(401.901)	
<b>RECEITAS LÍQUIDAS</b>	<b>1.540.490</b>	<b>3.644.481</b>	(16)
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(300.539.199)</b>	<b>(12.483.835.228)</b>	
Pessoal	(119.107.965)	(138.722.920)	(17a)
Remuneração dos Administradores	(1.526.976)	(1.101.096)	
Depreciação e Amortização	(8.057.115)	(97.936.392)	
Depreciação Direito de Uso	(7.028.889)	(13.523.396)	
Gerais e Administrativas	(20.814.118)	(81.137.778)	(17b)
Diárias, Passagens e Despesas de Locomoção	(523.750)	(1.307.710)	
Transferência Voluntária	(5.590.284)	(1.235.430)	
Perda ao Valor Recuperável - FNS	(83.030.344)	(8.957.793.009)	(9-IV)
Perda ao Valor Recuperável - FIOL	(54.859.759)	(3.191.077.497)	(9-IV)
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>251.055.014</b>	<b>(138.355.523)</b>	(18)
Provisão para Contingências	(2.112.593.697)	(72.373.368)	
Reversão de Provisão para Contingências	2.357.458.534	49.609.485	
Outras receitas	30.716.219	29.602.114	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(23.952.269)	(17.600.474)	
Baixa de Ativos - Imobilizado e Intangível	(573.773)	(127.593.280)	
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(47.943.695)</b>	<b>(12.618.546.270)</b>	
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>4.990.422</b>	<b>(995.210)</b>	
Receita Financeira	4.990.799	1.652.763	(19)
Despesa Financeira	(377)	(2.647.973)	(20)
<b>RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TESOURE NACIONAL</b>	<b>(42.953.274)</b>	<b>(12.619.541.480)</b>	
<b>SUBVENÇÕES DO TESOURE NACIONAL</b>	<b>135.400.025</b>	<b>211.087.097</b>	
Repasse de Custeio/Pessoal	135.400.025	211.087.097	(21)
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS S/LUCRO (IR/CSLL)</b>	<b>92.446.752</b>	<b>(12.408.454.383)</b>	
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>92.446.752</b>	<b>(12.408.454.383)</b>	
Lucro/Prejuízo por ação (em reais)	11	(1.534)	

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A  
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
Em R\$ 1

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019 Reapresentado
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	92.446.752	(12.408.454.383)
<b>Resultado Líquido Abrangente do Exercício</b>	<b>92.446.752</b>	<b>(12.408.454.383)</b>

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A  
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em R\$ 1

Histórico Classificação	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019 (Reapresentado)</b>	<b>21.475.812.910</b>	<b>716.411.248</b>	<b>(7.938.280.018)</b>	<b>14.253.944.140</b>
Aumento de Capital	757.689.362	(689.078.813)	0	68.610.549
Prejuízo Líquido do Exercício	0	0	(12.408.454.383)	(12.408.454.383)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	541.342.128	0	541.342.128
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)</b>	<b>22.233.502.272</b>	<b>568.674.563</b>	<b>(20.346.734.401)</b>	<b>2.455.442.434</b>

Histórico Classificação	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019 (Reapresentado)</b>	<b>22.233.502.272</b>	<b>568.674.563</b>	<b>(20.346.734.401)</b>	<b>2.455.442.434</b>
Lucro Líquido do Exercício	0	0	92.446.752	92.446.752
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	334.815.344	0	334.815.344
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>22.233.502.272</b>	<b>903.489.907</b>	<b>(20.254.287.649)</b>	<b>2.882.704.530</b>

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
Em R\$ 1

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019 Reapresentado/ Reclassificado
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>92.446.752</b>	<b>(12.408.454.383)</b>
Ajustes do resultado do período	(226.220.475)	12.216.179.950
Depreciação e Amortização	8.057.115	97.936.392
Depreciação de Direito de Uso	7.028.889	13.523.396
Ajuste de Perdas estimadas	0	12.382.821
Baixa de Ativos Imobilizados / Intangíveis	573.773	127.593.280
Atualização Monetária Ativa	(4.905.799)	(1.532.940)
Atualização Monetária Passiva	0	2.646.365
Despesas Líquidas de Provisões para Contingências	(244.864.838)	22.763.883
Resultado de Equivalência Patrimonial	23.952.269	17.600.474
Recebimento de Bens de Subconcessão	0	(14.534.223)
Subvenção do Tesouro Nacional - Repasse Para Custeio/Pessoal	(135.400.025)	(211.087.097)
Recebimento de Trilhos DNIT	(18.551.962)	0
Perda ao valor Recuperável - Bens Móveis	0	17.094
Perda ao valor Recuperável - FNS	83.030.344	8.957.793.009
Perda ao valor Recuperável - FIOLE	54.859.759	3.191.077.497
<b>Resultado do Exercício Ajustado</b>	<b>(133.773.723)</b>	<b>(192.274.431)</b>
<b>Aumento ou Redução nos Ativos e Passivos Operacionais</b>	<b>(11.826.367)</b>	<b>(14.583.112)</b>
Redução (Aumento) de Direitos Realizáveis Curto Prazo	(4.265.462)	(14.541.097)
Redução (Aumento) de Direitos Realizáveis a Longo Prazo	(242.093)	(9.012.660)
Redução (Aumento) de Créditos Previdenciários (recuperação e prescrição)	(132.239)	25.903.461
Aumento (Redução) de Fornecedores	(27.299)	27.299
Aumento (Redução) de Depósitos Retidos de Fornecedores	0	(98.209)
Aumento (Redução) de Contas a Pagar	(8.246.715)	(12.227.785)
Aumento (Redução) de Provisão de Férias e Encargos	3.050.989	(657.635)
Aumento (Redução) de Receita a Diferir - Contratos	(1.963.548)	(3.976.486)
<b>= Caixa Líquido Gerado ou Consumido nas atividades operacionais</b>	<b>(145.600.090)</b>	<b>(206.857.543)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de Imobilizado/Intangível	(331.970.369)	(561.278.859)
Aumento (Redução) de passivo do Imobilizado/Intangível	43.223	1.296.680
<b>= Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de investimentos</b>	<b>(331.927.146)</b>	<b>(559.982.179)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Créditos Recebidos da União - AFAC	334.815.343	541.342.128
Subvenção do Tesouro Nacional - Repasse Para Custeio/Pessoal	135.400.025	211.087.097
<b>= Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamentos</b>	<b>470.215.368</b>	<b>752.429.225</b>
<b>Aumento (redução) das disponibilidades</b>	<b>(7.311.868)</b>	<b>(14.410.497)</b>
Disponibilidades no início do exercício	39.662.846	54.073.343
Disponibilidades no final do exercício	32.350.978	39.662.846

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A  
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)  
 DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
 Em R\$

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019 Reapresentado/ Reclassificado
<b>I. RECEITAS</b>	<b>137.384.482</b>	<b>215.133.479</b>
Receitas de Exploração da Ferrovia	20.909	69.896
Permissões para uso de pátios	1.963.548	3.976.486
Repasses Recebidos (subvenções p/ custeio)	135.400.025	211.087.097
<b>II. INSUMOS</b>	<b>(362.975.757)</b>	<b>12.362.170.218</b>
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(500.865.860)	213.299.711
Perda ao Valor Recuperável - FIOL I e FNS	137.890.103	12.148.870.507
<b>III. VALOR ADICIONADO BRUTO (I - II)</b>	<b>500.360.239</b>	<b>(12.147.036.739)</b>
<b>IV. RETENÇÕES</b>	<b>15.086.004</b>	<b>111.459.788</b>
Depreciação e Amortização	8.057.115	97.936.392
Depreciação de Direito de Uso	7.028.889	13.523.396
<b>V. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (III - IV)</b>	<b>485.274.234</b>	<b>(12.258.496.527)</b>
<b>VI. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>(5.999.792)</b>	<b>(2.648.918)</b>
Receitas Financeiras	4.990.799	1.652.763
Doações	18.551.962	14.534.223
Repasso Concedido	(5.590.284)	(1.235.430)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(23.952.269)	(17.600.474)
<b>VII. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (V + VI)</b>	<b>479.274.442</b>	<b>(12.261.145.445)</b>
<b>VIII. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>479.274.442</b>	<b>(12.261.145.445)</b>
<b>VIII. 1 PESSOAL</b>	<b>362.459.745</b>	<b>124.461.676</b>
Remuneração Direta	345.151.317	104.195.100
Benefícios	10.834.145	13.553.743
FGTS	6.474.283	6.712.833
<b>VIII. 2 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>23.576.726</b>	<b>24.279.757</b>
Federais	23.550.666	24.262.677
Estaduais	1.190	0
Municipais	24.870	17.080
<b>VIII. 3 REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS</b>	<b>791.220</b>	<b>(1.432.495)</b>
Juros e Atualizações Monetárias	377	2.647.973
Locação de Imóveis	0	0
Locação de Máquinas e Equipamentos	790.843	(4.080.468)
<b>VIII.4 REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS</b>	<b>92.446.752</b>	<b>(12.408.454.383)</b>
Lucro/Prejuízo do Exercício	92.446.752	(12.408.454.383)

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

- Em R\$ 1 –

**NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

**A Empresa**

A VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. é uma empresa pública federal dependente vinculada ao Ministério da Infraestrutura, com sede em Brasília-DF, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com 8.090.009 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo a União detentora de 100% das ações.

A função social da VALEC é a construção e exploração de infraestrutura ferroviária e suas competências estão previstas no Art. 8º da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.

Como empresa pública federal dependente, a VALEC recebe recursos financeiros da União para pagamentos de despesas com pessoal e custeio por meio de subvenções do Tesouro Nacional e, para fomentar os gastos com investimentos nas construções das ferrovias, recebe recursos por meio de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC, que posteriormente são integralizados ao Capital Social.

Os atos de gestão da VALEC são supervisionados pelos órgãos de governança do poder executivo – Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST e Secretaria do Tesouro Nacional - STN e fiscalizados pelos Órgãos de controle interno – Controladoria-Geral da União - CGU e externo – Tribunal de Contas da União - TCU.

**Continuidade Operacional**

A VALEC é uma empresa pública controlada pela União (única acionista), reestruturada pela Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008, considerada dependente nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a qual define como estatal dependente a “*empresa controlada que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária*”.

Nesse contexto, a VALEC segue as políticas públicas traçadas pelo Ministérios da Infraestrutura e seu planejamento financeiro de longo prazo é vinculado ao planejamento orçamentário, por meio do Plano Plurianual de 2020 – 2023, aprovados nos termos da Lei 13.971, de 13 de dezembro de 2019.

Em 31/12/2020 o Passivo Circulante excedeu o seu Ativo Circulante em R\$ 276,5 milhões:

<b>Descrição</b>	
Ativo Circulante	42.056.476
Passivo Circulante	318.636.324
<b>Excedente (AC – PC)</b>	<b>(276.579.848)</b>

Essa situação demonstrada a partir deste exercício foi em decorrência da reclassificação de parte das provisões para riscos trabalhistas/cíveis do Passivo Não Circulante para o Passivo Circulante, em decorrência da revisão da previsão de realização dos pagamentos dos processos que se encontram em andamento contra a VALEC.

No entanto, a legislação prevê a possibilidade de suplementação orçamentária, caso os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual não sejam suficientes. O embasamento para essa suplementação está ancorado nos arts. 40 a 46 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (créditos orçamentários); no art. 4º da Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020; e no art. 9º da Portaria SOF/ME nº 5.509, de 21 de fevereiro de 2020.

A VALEC busca ser referência não só na construção e exploração das ferrovias que lhes foram outorgadas, mas também na prestação dos mais diversos serviços e soluções tecnológicas para o sistema ferroviário nacional, estruturando parcerias e ativos, além da pesquisa e inovação. Objetiva a captação de fontes alternativas de receitas, incentivando ações para identificação de oportunidades de negócios nacionais e internacionais, além do estreitamento institucional com o mercado privado e público de infraestrutura ferroviária.



Na exploração de Terminais e Áreas Remanescentes, está prevista a realização de parcerias em 05 áreas nos quais prevê-se uma receita aproximada de R\$ 100 milhões, sendo que estas concentrar-se-ão nos Pátios de Porto Nacional/TO; Gurupi/TO; Sudoeste do Goiás/GO; São Simão/GO; e Porto Franco/MA.

Na área de desapropriações o planejamento traz como metas: lançar em definitivo o sistema “VALEC Territorial”, onde estarão consolidados os mapas e painéis referentes à Desapropriação e Gestão da Faixa de Domínio; apresentar proposta para leilão público dos imóveis (terrenos) remanescentes; concluir os procedimentos administrativos necessários para a escrituração, registro ou ajuizamento dos processos expropriatórios; e continuação das atividades de levantamento com o uso de Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPAS) para geração de Ortofoto de Modelo Digital de Elevação (MDE).

Como unidade executora de políticas públicas de desenvolvimento da infraestrutura ferroviária nacional, muitos projetos deverão ser direcionados para atuação da VALEC, tendo em vista as oportunidades geradas pela possibilidade de renovação antecipada das concessões ferroviárias, a devolução e relicitação de trechos ferroviários previstos pela Lei nº 13.448/2017 e a possibilidade de aprovação do PLS 261/2018, que trata das autorizações ferroviárias privadas.

### **Projetos e Atividades Operacionais**

A VALEC atua como principal catalisador do modo ferroviário nacional, responsável por projetos em grande parte do País, como a construção da Ferrovia Norte-Sul e da Ferrovia de Integração Leste-Oeste, além de projetos como: Corredor Ferroviário de Santa Catarina – EF 280, Ferrovia do Pantanal – EF 267 e Ferrovia Integração Centro-Oeste – EF 354. A Companhia ainda está à frente do projeto de implantação do Documento de Transporte Eletrônico – DT-e.

### **I - FERROVIA NORTE-SUL - FNS – EF 151**

Constitui como eixo estruturador do Sistema Ferroviário Nacional: estabelecendo alternativas mais econômicas para os fluxos de carga para o mercado consumidor; induzindo a ocupação econômica do cerrado brasileiro; favorecendo a multimodalidade de transportes; conectando a malha ferroviária brasileira; promovendo uma logística exportadora competitiva, de modo a possibilitar o acesso a portos de grande capacidade; incentivando investimentos, que irão incrementar a produção, induzir processos produtivos modernos e promover a industrialização.

A outorga estabelecendo o direito de construção, uso e gozo da FNS EF – 151 se deu inicialmente por meio do Decreto nº 94.813, de 01º de setembro de 1987, posteriormente alterado pelas Leis nº 11.297, de 09 de maio de 2006, e nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.

Em virtude de sua extensão e da disponibilidade orçamentária, a construção da FNS foi realizada em etapas que constituem os seguintes trechos/tramos: Tramo Norte (Açailândia/MA – Porto Nacional/TO); Tramo Central: (Porto Nacional/TO – Uruaçu/GO); Tramo Sul (Uruaçu/GO - Anápolis/GO); e Extensão Sul (Ouro Verde/GO – Estrela d’Oeste/SP).

O Trecho Norte possui 720 km de extensão e encontra-se subconcedido à Ferrovia Norte Sul S.A desde dezembro de 2007, pelo prazo contratual de 30 anos. Esse trecho teve sua autorização para tráfego em 19 de janeiro de 2011, por meio da Resolução nº 3624/2011 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Com um total de 1.537 km, o trecho que compreende Porto Nacional/TO a Estrela d’Oeste/SP (Tramos Central, Sul e Extensão Sul) foi leiloado para Subconcessão em 28 de março de 2019. Em 30 de abril de 2019, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT homologou o resultado do leilão, no qual consagrou-se vencedora a empresa Rumo Malha Central S.A e o contrato foi assinado em 31 de julho de 2019, por intermédio da ANTT, tendo como Concessionária e Interveniente Subconcedente a VALEC. O contrato de subconcessão tem por objeto a prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária situada entre Porto Nacional/TO e Estrela d’Oeste/SP, com vigência de 30 (trinta) anos.

Os contratos de subconcessão da Ferrovia Norte-Sul e seus reflexos contábeis estão divulgados nas Notas 9-II e IV.

### **II - FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE LESTE - FIOLE – EF 334**

Com aproximadamente 1.527 km de extensão, ligará o futuro Porto de Ilhéus/BA a Figueirópolis/TO, ponto em que se conectará com a Ferrovia Norte Sul.

A construção da FIOI tem como objetivos: estabelecer alternativas mais econômicas para os fluxos de carga de longa distância; favorecer a multimodalidade de transportes; interligar a malha ferroviária brasileira; propor nova alternativa logística para o escoamento da produção agrícola e de mineração por meio do terminal portuário de Ilhéus/BA; e incentivar investimentos a fim de incrementar a produção e induzir processos produtivos modernos.

Devido à sua extensão e disponibilidade orçamentária, a FIOI está sendo construída em etapas e constituem os seguintes trechos: FIOI I (Ilhéus/BA – Caetité/BA); FIOI II (Caetité/BA – Barreiras/BA) e FIOI III (Barreiras/BA – Figueirópolis/TO).

Em 08 de abril de 2021, ocorreu o Leilão para subconcessão do trecho ferroviário entre os municípios de Ilhéus/BA a Caetité/BA (FIOI I), com 537 km de extensão. A subconcessão terá duração de 35 anos, conforme o Edital de Concorrência Internacional nº 01/2020.

De acordo com o Cronograma determinado no Edital, o Ato de Homologação do leilão pela Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e adjudicação do objeto da Subconcessão à proponente vencedora ocorreu em 27 de maio de 2021, levando a VALEC a efetuar o teste de recuperabilidade de ativos, considerando a receita de outorga previstas como parâmetros para medir o benefício econômico e reconhecer a perda ao valor recuperável de ativos, conforme descrito nas Notas 9-III e IV.

### **III - ESTUDOS E PROJETOS**

Conforme inciso III do art. 9º da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008, compete à empresa, em conformidade com as diretrizes do Ministério da Infraestrutura, desenvolver estudos e projetos de obras de infraestrutura ferroviária. Os Estudos e Projetos compreendem os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA, o Projeto Básico – PB e o Projeto Executivo - PE.

#### **a) Ferrovia de Integração Oeste Leste – FIOI - EF-334**

Os estudos de Viabilidade foram concluídos em 2008, Projeto Básico em 2011 e o Executivo em 2013, do trecho que compreende Ilhéus/BA a Figueirópolis/TO, subdivididos em trecho denominados FIOI I, II e III. O planejamento dessa ligação visa estabelecer uma alternativa mais econômica para os fluxos de cargas de longa distância potencialmente transportáveis pelo modal ferroviário, a exemplo das cargas de baixo valor agregado, como minérios e granéis sólidos produzidos ao longo da região de influência da ferrovia. Além de contribuir para indução do desenvolvimento regional, quando concluída, a FIOI propiciará melhor equilíbrio da matriz de transportes, reduzindo a dependência do modal rodoviário ao criar um corredor logístico mais competitivo.

A FIOI está em construção no trecho denominado FIOI II, com 485km, totalizando 1.022km de extensão. Os projetos executivos desse trecho são acompanhados e revisados pari passu pelas equipes e responsáveis do projeto e orçamento da empresa.

Com 531 km de extensão, o trecho denominado de FIOI III, encontra-se com o EVTEA, Projeto Básico e Projeto Executivo concluídos, passíveis de revisões. Ao conectar-se com a FNS em Figueirópolis/TO, a FIOI formará importante corredor logístico de transporte, ampliando as possibilidades de escoamento da produção econômica do país.

#### **b) Ferrovia Transcontinental e Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO) – EF 354**

A outorga à VALEC, estabelecendo o direito de construção, uso e gozo da EF – 354, se deu por meio da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008, sendo incluída no Plano Nacional de Viação com 4.800 km de extensão em solo brasileiro, entre o Porto do Açú, no litoral do estado do Rio de Janeiro e a localidade de Boqueirão da Esperança/AC, na fronteira Brasil-Peru, como parte da ligação entre os oceanos Atlântico, no Brasil, e Pacífico, no Peru, o qual é denominado Ferrovia Transcontinental.

O trecho da Ferrovia Transcontinental compreendido entre Mara Rosa/GO e Vilhena/RO, com extensão aproximada de 1.720 km, é denominada Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO), objeto de estudo nos últimos anos por esta companhia e com recursos oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, da ordem de R\$ 130 milhões.

Dentre as principais funções da FICO, está a de estabelecer alternativas mais econômicas para os fluxos de cargas de longa distância potencialmente transportáveis pelo modal ferroviário, a exemplo das cargas de baixo valor agregado como minérios e granéis sólidos produzidos ao longo da região de influência da ferrovia. Visa ainda reduzir a dependência do modal rodoviário, incentivando a multimodalidade e melhorando a logística de transporte, tanto para o escoamento da produção ao mercado consumidor quanto para importação de insumos, interligando a malha ferroviária brasileira aos principais portos de grande capacidade.

Isso proporcionará a redução dos valores de frete e, conseqüentemente, a dos custos de comercialização no mercado interno, com acentuado reflexo também na exportação, aumentando a competitividade dos produtos brasileiros, gerando melhoria no desempenho econômico de toda a malha ferroviária.

A FICO foi subdividida nos seguintes trechos: Mara Rosa/GO – Água Boa/MT; Água Boa/MT – Lucas do Rio Verde/MT; Lucas do Rio Verde/MT – Vilhena/RO; Vilhena/RO – Porto Velho/RO e Porto Velho/RO – Boqueirão/AC.

#### **b.1) Mara Rosa/GO - Água Boa/MT - Lucas do Rio Verde/MT**

Com 888km de extensão, sendo o primeiro trecho de 383km entre Mara Rosa/GO a Água Boa/MT e o segundo trecho, de 507 km, de Água Boa/MT a Lucas do Rio Verde/MT. Esse trecho possui EVTEA e Projeto Básico concluídos.

#### **b.2) Lucas do Rio Verde/MT – Vilhena/RO**

Com 646 km de extensão, o empreendimento encontra-se com EVTEA concluído desde 2014 e com anteprojeto em andamento.

#### **b.3) Vilhena/RO a Porto Velho/RO**

Com 770 km de extensão, o empreendimento ligará a ferrovia a partir da cidade Vilhena/RO até a Hidrovia do Rio Madeira, em Porto Velho/RO, além de estabelecer um importante corredor logístico intermodal aos portos de Itacoatiara/AM e Santarém/PA. Atualmente o trecho encontra-se na elaboração do EVTEA.

#### **b.4) Porto Velho/RO a Boqueirão/AC**

O Trecho da FICO entre Porto Velho/RO e Boqueirão/AC ainda não possui estudos de viabilidade em desenvolvimento.

#### **c) Corredor Ferroviário de Santa Catarina – EF 280**

Contratado em 2014, a elaboração do EVTEA e do Projeto Básico da EF -280 está em curso e visa ligar a EF-451 - Ferrovia Litorânea, no município de Itajaí/SC, ao extremo oeste do estado, no município de Dionísio Cerqueira/SC. A ligação ferroviária insere-se no contexto do planejamento logístico do estado de Santa Catarina, com relevância também para distribuição de cargas a nível nacional ao integrar a malha ferroviária do país.

Por interconectar-se com projetos previstos, como a Ferrovia Litorânea e a extensão prevista da Ferrovia Norte-Sul - FNS em direção ao sul do país, o Corredor Ferroviário favorece o fluxo de cargas de oeste a leste no estado de Santa Catarina, com possibilidade de remeter ou buscar cargas ao norte ou ao sul do Brasil, através do compartilhamento de malhas com a FNS e a interconexão com a Ferrovia Tronco Principal Sul (EF-116). O projeto, ainda, interliga-se logisticamente aos cinco portos existentes em Santa Catarina, através da conexão prevista com a Ferrovia Litorânea. O início deste estudo teve embasamento no Ofício nº 621/2012/SE/MT de 29 de outubro de 2012, o qual define que o EVTEA seria realizado pela VALEC. Ressalta-se que esse estudo foi finalizado em 2020.

#### **d) Ferrovia do Pantanal – EF 267**

Com aproximadamente 734km, a EF- 267 foi outorgada à VALEC estabelecendo o direito de construção, uso e gozo por meio da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008. Esta ferrovia fará a conexão da FNS no município de Panorama/SP até Porto Murtinho/MS às margens do Rio Paraguai, no sul do Pantanal mato-grossense, atendendo uma área de alta densidade de produção agrícola e possibilitando o acesso logístico a vários portos do país ao se conectar com malha paulista e com a Ferrovia Norte e Sul. Dentre as demandas para essa ferrovia destacam-se também as cargas no sentido importação (mar – continente), como fertilizantes e cargas gerais, além das cargas para

consumo interno. O EVTEA desse trecho, contratado pela VALEC, foi finalizado em maio 2012, consumindo recursos da ordem de R\$ 5,5 milhões.

#### **e) Ramais da Ferrovia Norte Sul - FNS**

Os ramais da Ferrovia Norte Sul compreendem: Açailândia/MA – Barcarena/PA; Porto Franco/MA-Balsas/MA; Goiânia/GO – Brasília/DF; Quirinópolis/GO – Itumbiara/GO; Estrela d’Oeste/SP – Panorama/SP; Panorama/SP – Chapecó/SC; Chapecó/SC - Rio Grande/RS.

Em 2012 foram finalizados os EVTEA dos trechos de Açailândia/MA a Barcarena/PA (Termo de Referência 19/2010), com 477Km, de Goiânia/GO a Brasília/DF (Termo de Referência 017/2010), com 212km e de Quirinópolis/GO a Itumbiara/GO (Termo de referência 17/2010), com 203km.

Em 2014, para atender à crescente demanda por transporte de cargas, a VALEC concluiu os EVTEA para mais três trechos da ferrovia: entre Estrela d’Oeste/SP a Panorama/SP (Termo de referência 18/2010), com 264km; entre Panorama/SP e Chapecó/SC (Termo de Referência 006/2011 e 003/2012), com 950km; e entre Chapecó/SC e Rio Grande/RS (Termo de Referência 006/2011), com 833km.

Em 2019, foi concluído o Anteprojeto do Trecho Porto Franco/MA-Balsas/MA.

#### **IV – INVESTIMENTO CRUZADO**

A Lei nº 13.448/2017 trouxe, como inovação no ordenamento jurídico, a possibilidade de realização de investimentos em malhas ferroviárias distintas como contrapartida às prorrogações de contratos de concessão. A lei estabelece que o órgão ou a entidade competente é autorizada a promover alterações nos contratos de parceria no setor ferroviário a fim de solucionar questões operacionais e logísticas, inclusive por meio de prorrogações ou relicitações da totalidade ou de parte dos empreendimentos contratados.

Permite, ainda, ao órgão ou a entidade competente, de comum acordo com os contratados, buscar soluções para todo o sistema e adotar medidas diferenciadas por contrato ou por trecho ferroviário que considerem a reconfiguração de malhas, admitida a previsão de investimentos pelos contratados em malha própria ou naquelas de interesse da administração pública.

Esse dispositivo passou a ser chamado de ‘Investimento Cruzado’, pelo qual é possibilitada a ampliação da malha e da capacidade do subsistema ferroviário, sem que haja uma obrigação direta da União em aportar recursos.

Fundamentado na Lei nº 13.448/2017, o Terceiro Termo Aditivo ao contrato de concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas, concedida à VALE S/A, prevê a renovação antecipada de outorga e descreve, no Anexo 9, termos que disciplinam as condições de realização das Obrigações de Investimento assumidas pela Concessionária em projetos de titularidade da VALEC conforme a Lei nº 11.772/2008, envolvendo:

- i. A implantação da infraestrutura e superestrutura ferroviária de Trecho da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO), EF-354, compreendido entre os municípios de Água Boa/MT e Mara Rosa/GO;
- ii. A aquisição de Trilhos e Dormentes a serem incorporados no Projeto de Infraestrutura da Ferrovia Integração Oeste Leste (FIOL), EF – 334; e
- iii. Enquadramento do projeto FICO e FIOL no Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI).

No âmbito do Anexo 9 do Terceiro Termo Aditivo, assinado em 18 de dezembro de 2020, a VALEC, na figura de Interveniente Anuente e titular dos Projetos de Infraestrutura da FICO e da FIOL, comprometeu-se a requerer os enquadramentos dos Projetos junto ao Ministério da Infraestrutura, bem como as suas habilitações no regime do REIDI, regulado pela Lei nº 11.488/07, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A habilitação da VALEC no regime do REIDI para os Projetos FICO e FIOL foi realizada em 21 de junho de 2021, por meio dos Atos Declaratórios nº 107 e 108 da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, conforme publicado no Diário Oficial da União em 24 de junho de 2021.

A VALEC comprometeu-se, ainda, a participar dos contratos, aditivos contratuais e demais documentos competentes previstos na legislação do REIDI, inclusive na posição de destinatária das obras de infraestrutura, dos trilhos e

dormentes, com o fim único e exclusivo de expressar nesses instrumentos a sua concordância com a aquisição das obras de infraestrutura pelo Projeto de Infraestrutura da FICO e dos Trilhos e Dormentes pelo Projeto de Infraestrutura da FIOLE elegíveis ao REIDI e de restar como beneficiária das garantias contratuais perante os fornecedores dos Trilhos e Dormentes.

#### **V – PERMISSÃO DE USO DE PÁTIOS**

A VALEC também explora e fomenta o transporte ferroviário por meio da implementação de novos terminais e polos de carga. Outorga, por meio de Contratos de Permissão para Uso, Pátios de Integração Multimodal. Atualmente, a VALEC possui 18 (dezoito) contratos vigentes, sendo 5 (cinco) em Porto Franco/MA, 1 (um) em Araguaína/TO, 1 (um) em Palmeirante/TO, 2 (dois) em Guaraí/TO, 7 (sete) em Porto Nacional/TO, 1 (um) em Gurupi/TO e 1 (um) em Uruaçu/GO.

#### **VI - DOCUMENTO DE TRANSPORTE ELETRÔNICO – DT-e**

O DT-e é o principal projeto de estruturação de sustentabilidade e ingresso de receita futura da empresa e um dos eixos de transição da nova estratégia e da transição para um novo modelo de negócio e de preparação para constituição da Infra S.A como resultado de incorporação pela VALEC da Empresa de Planejamento Logístico (EPL).

O DT-e se apresenta sob a forma de proposta de conjunto de serviços para todo o setor de transportes de competência do Ministério da Infraestrutura, com finalidades precípua de desburocratizar, simplificar, reduzir custos regulatórios, aperfeiçoar a troca de informações, harmonizar, modernizar e ampliar a qualidade, a inovação, a utilização de novas tecnologias digitais e a segurança das prestações de serviços de transporte de cargas e de passageiros, nos modos rodoviário, aquaviário (marítimo e hidroviário interior), ferroviário e aéreo, no âmbito do Sistema Nacional de Viação – SNV disposto na Lei no 12.379, de 6 de janeiro de 2011.

O projeto estabelece e especifica o conceito de um documento unificador, a ser emitido de forma simples, descentralizada e exclusivamente em formato eletrônico, que reunirá dados e informações consolidadas atualmente exigidas pelos vários órgãos competentes nas operações de transporte de cargas multimodal.

Nessa abordagem, a atuação da empresa será gerenciar a solução tecnológica do DT-e provavelmente via concessão e auferir receitas financeiras suficientes para não haver dependência do Orçamento Geral da União para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral e realização de seus próprios investimentos. Segundo dados da Confederação Nacional de Transportes, somente o mercado de frete rodoviário movimenta um fluxo de R\$ 159 bilhões por ano. A modelagem de tarifa e a previsão de receitas estão em desenvolvimento, mas certamente se constituirão como principal fonte de recursos de alavancagem e de sustentabilidade da empresa.

Em 2021, está em curso a estruturação da primeira fase do projeto e desenvolvimento de uma operação assistida de um segmento de carga, ao mesmo tempo que haverá um esforço para regulamentar a matéria, envolvendo toda burocracia na esfera federal, preparando para avançar em outros segmentos e abrangência de outras unidades federativas em ondas.

A primeira onda no período de 2021-2023 abrangerá:

- a) Documentos do Minfra + Vinculadas (CIOT | RNTRC | AET | etc);
- b) Transporte de Granéis;
- c) Pagamento via PIX;
- d) Rede Canal Verde Brasil;
- e) Operação: VALEC - INFRA S.A.;
- f) Leilão Concessão.

A segunda onda no período de 2023-2024 abrangerá:

- a) Documentos outros Órgãos Federais (MAPA | ANVISA | etc.);
- b) Transporte de Carga Fracionada;
- c) Compartilhamento de dados MDF-e CONFAZ;
- d) Pagamento via PIX;
- e) Rede Canal Verde Brasil + PRF + Rede Concessionária;

- f) Operação: INFRA S.A. com transição para Concessionária;
- g) Gestão: INFRA S.A.

A terceira onda no período de 2024-2026 abrangerá:

- a) Janela Única - Documentos Fiscais (MDF-e)
- b) Documentos Órgãos Estaduais e Municipais
- c) Transporte Multimodal
- d) Pagamento via PIX
- e) Rede Canal Verde Brasil + Rede Concessionária + Outras Redes
- f) Operação: Concessionária
- g) Gestão: INFRA S.A.

Em 19 de maio de 2021, o governo editou a Medida Provisória nº 1.051/21 para formalizar a criação do Documento de Transporte Eletrônico (DT-e), que unifica e digitaliza documentos hoje exigidos para o transporte de cargas. Em 19 de julho de 2021, entrou em operação em caráter experimental, de forma não obrigatória, apenas em determinadas rotas e com cargas de granel sólido vegetal. A expectativa é tornar esse documento digital obrigatório já a partir do primeiro semestre de 2022, abrindo uma possibilidade de ingresso de receitas para Valec a partir desse momento. A Câmara dos Deputados aprovou o texto base da Medida Provisória nº 1.051/21 em 15 de julho de 2021 que será avaliado pelo Senado Federal.

## **NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

- a) As demonstrações contábeis fundamentam-se de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC;
- b) As demonstrações contábeis originam-se de fatos contábeis vinculados ao Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1), exceto quando indicado de outra forma, sendo o Real a moeda funcional e de apresentação da VALEC;
- c) A VALEC integra o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na modalidade total em relação ao orçamento, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e aspectos societários da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em relação à apresentação das Demonstrações Contábeis, com as alterações promovidas pelas Leis nºs 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e 11.941, de 27 de maio de 2009;
- d) A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Conselho de Administração em 27 de agosto de 2021.
- e) As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério de liquidez e natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados;
- f) Os ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados pelos valores de realização e os passivos circulantes e não circulantes, pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como, os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização;
- g) O ativo imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, conforme Nota 9-I;
- h) Após análise do valor recuperável pela VALEC referente à Ferrovia Norte Sul já subconcedida pelo período de 30 anos, foi realizado o reconhecimento da provisão de perda ao valor recuperável no ativo imobilizado da

empresa, em consonância com o CPC – 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, conforme detalhamento descrito na Nota 9-IV;

- i) Após o Leilão para Subconcessão do Trecho da Ferrovia de Integração Oeste Leste, denominado FIOL I, foi realizada a análise do valor recuperável de ativos e reconhecida provisão de perda ao valor recuperável no ativo imobilizado da empresa, em consonância com o CPC – 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, conforme Nota 9-IV;
- j) O Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, o qual é reconhecido inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e ajustado pela taxa dos respectivos contratos; e um passivo de arrendamento que representa sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento, mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos. O referido pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamento e entrou em vigor em 01 de janeiro de 2019.
- k) O ativo intangível composto por direito de uso e programas de software, conforme Nota 10, é demonstrado pelo custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a legislação e devem ser mantidas neste grupo até a efetiva baixa;
- l) As provisões para contingências são contabilizadas, com base na posição da Procuradoria Jurídica, a qual é formulada na análise técnica individual dos advogados, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, conforme Nota 12b. As provisões classificadas como perdas possíveis pela Procuradoria Jurídica são divulgadas com base na perda histórica, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão e divulgação;
- m) Ainda, a propósito das provisões para contingenciamento, cabe esclarecer que a dinâmica comentada na alínea “I”, do ponto de vista da contabilidade, atende o disposto no CPC nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- n) Ativos financeiros são avaliados pelo valor justo decorrentes do resultado. Aos ativos financeiros presentes nesta Companhia incluem-se os equivalentes de caixa, e os direitos creditórios contratuais a receber;
- o) A VALEC avalia durante o encerramento das demonstrações financeiras se transcorreu, em determinado intervalo, a desvalorização econômica (recuperação) do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros. Terminantemente, considera-se não recuperável quando houver indicação de ausência de retomada do resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (um evento de perda incorrida) e essa perda tenha influência no fluxo de caixa estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente presumida;
- p) As obrigações financeiras são avaliadas pelo valor justo, de maneira similar ao ativo financeiro. Por conseguinte, envolve as obrigações desta Companhia com terceiros interessados, das quais destacam-se os fornecedores de mercadorias e serviços, as obrigações trabalhistas e tributárias, entre outras; e
- q) As demonstrações contábeis de 2019 foram rerepresentadas conforme o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, bem como o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. As motivações para a rerepresentação e os efeitos nas demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2019 constam da Nota 3.

### NOTA 3 – REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras de 2019 foram deliberadas pelo Conselho de Administração da VALEC em 20 de maio de 2021 e aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária em 29 de junho de 2021, com ressalva da auditoria independente relacionada ao teste de recuperabilidade de ativos sobre os custos de construção da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL).

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 das demonstrações contábeis do exercício de 2019, a VALEC possuía registrado, em 31 de dezembro de 2019, o saldo de R\$ 5.599.750.287 no ativo imobilizado, dos quais R\$ 5.020.115.026, referem-se ao custo de construção da FIOL, todavia, houve a ocorrência do leilão do Trecho denominado FIOL I (Ilhéus/BA – Catieté/BA) da referida ferrovia e sua homologação em 27 de maio, com previsão de assinatura em 30 de agosto conforme comunicado relevante ANTT nº 9 publicado na página 100 da seção 3 do Diário Oficial da União, de 28 de maio de 2021.

No edital publicado a Agência destinava o recolhimento do valor de outorga à própria ANTT, conforme descrito na “Minuta de Contrato de Subconcessão do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2020”. Porém, com base na Nota Técnica nº 3/2021/CGPF/DTFER/SNTT e no Parecer nº 00067/2021/CONJUR-MINFRA/CGU/AGU, do ponto de vista técnico e contábil, e pela possibilidade Jurídica, o Ministério da Infraestrutura reconhece que o melhor destino para o recolhimento do Valor de Outorga é a VALEC, entidade a quem a FIOL está concedida.

Nesse contexto, o Ministério da Infraestrutura, por meio do Ofício nº 246/2021/SE, encaminhado à ANTT em 26 de fevereiro de 2021, definiu como diretriz a adequação da Minuta de Contrato de subconcessão com a finalidade de ajustar o direcionamento das receitas de outorga para a VALEC.

Em 30 de junho de 2021 a VALEC recebeu comunicado da agência por meio do Ofício nº 17700/2021/DG/DIR-ANTT, no qual a Agência relata que essa Companhia tem o direito de perceber uma indenização pela transferência, à iniciativa privada, do direito de exploração da FIOL, cujo valor tende a se equiparar ao Valor de Outorga, proveniente do processo de subconcessão da referida ferrovia.

Como o comunicado da ANTT e os eventos de homologação e adjudicação ocorreram após deliberação das demonstrações contábeis de 2019 pelos órgãos de governança, bem como a ressalva apontada pela auditoria independente, a VALEC identificou a necessidade de reconhecer, de forma retrospectiva em suas demonstrações financeiras no exercício de 2019, a provisão para perda ao valor recuperável de ativos, conforme prevê o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, bem como o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Os ajustes se referem aos registros nos ativos relacionados à FIOL I, haja vista a definição de valor justo conforme prevê o Pronunciamento Contábil - CPC 46 – Mensuração a Valor Justo, de modo que o valor da FIOL I passa a ser internalizado pelos seus benefícios econômicos que serão destinados a empresa derivados da outorga e receitas variáveis a serem pagas pela empresa Bahia Mineração S.A (empresa vencedora do leilão) em razão da subconcessão.

Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 24 – Eventos Subsequentes – aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – NBC TG 24 (R1), evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.

Como resultado desses procedimentos, os ajustes foram efetuados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019. Assim, as demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2020 incluem, para fins comparativos, os saldos ajustados do período findo em 31 de dezembro de 2019. Os ajustes não produziram efeitos nos saldos de caixa e equivalentes caixa.

Os quadros abaixo detalham os efeitos dos ajustes efetuados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado de 2019, tanto para evidenciar a provisão para perda ao valor recuperável de ativos – FIOL I, como para demonstrar a reclassificação da atualização monetária das contingências judiciais de despesas financeiras para provisões para contingências e as baixas das atualizações para reversão de provisões.



**I - ATIVO**

Reapresentação

Em R\$ 1	31/12/2019 ORIGINAL	EFEITOS DOS AJUSTES	31/12/2019 REAPRES.
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>45.102.882</b>	<b>0</b>	<b>45.102.882</b>
Disponível	39.662.846	0	39.662.846
Conta Vinculada	39.662.846	0	39.662.846
Direitos Realizáveis	5.440.036	0	5.440.036
Adiantamentos Concedidos	728.669	0	728.669
Permissões p/uso de pátios a receber	740.142	0	740.142
Créditos tributários a compensar	1.415.172	0	1.415.172
Outros Créditos a Receber	14.938.874	0	14.938.874
Ajuste p/ Perda Demais Créditos	(12.382.821)	0	(12.382.821)
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>6.714.409.035</b>	<b>(3.191.077.497)</b>	<b>3.523.331.538</b>
Realizável a Longo Prazo	110.642.754	0	110.642.754
Depósitos de Cauções	233.338	0	233.338
Depósitos Judiciais	88.940.350	0	88.940.350
Permissões p/uso de pátios a receber	21.387.934	0	21.387.934
Valores a Receber ( Assist. Médica- Geipot)	81.132	0	81.132
Investimentos	983.752.562	0	983.752.562
Participação Societária - MEP	983.726.284	0	983.726.284
Participação Societária - CUSTO	26.278	0	26.278
Imobilizado	5.599.750.288	(3.191.077.497)	2.408.672.791
Terrenos	400.077.268	0	400.077.268
Geral	16.351.768	0	16.351.768
Bens Imóveis	8.768.368	0	8.768.368
Bens Móveis	36.898.963	0	36.898.963
(Depreciações Acumuladas -Bens Imóveis)	(7.105.827)	0	(7.105.827)
(Depreciações Acumuladas -Bens Móveis)	(22.192.642)	0	(22.192.642)
(Redução ao Valor Recuperável - Bens Móveis)	(17.094)	0	(17.094)
<b>FNS - Ferrovia Norte-Sul</b>	<b>283.967</b>	<b>0</b>	<b>283.967</b>
Implantação de Ferrovias - FNS	356.887.041	0	356.887.041
Estudos e Projetos - FNS	53.392.000	0	53.392.000
Ativo de Concessão Imóveis - FNS	11.777.782.770	0	11.777.782.770
CMT Lei 8.200/91 - FNS	283.967	0	283.967
(Redução ao Valor Recuperável - FNS)	(11.271.386.028)	0	(11.271.386.028)
(Depreciações Acumuladas - FNS)	(916.675.783)	0	(916.675.783)
<b>FIOL - Ferrovia de Integração Oeste Leste</b>	<b>5.020.115.027</b>	<b>(3.191.077.497)</b>	<b>1.829.037.530</b>
Implantação de Ferrovias - FIOL	4.975.658.603	0	4.975.658.603
Estudos e Projetos - FIOL	44.456.424	0	44.456.424
(Redução ao Valor Recuperável -FIOL I ) (a)	0	(3.191.077.497)	(3.191.077.497)
<b>Outros</b>	<b>162.922.258</b>	<b>0</b>	<b>162.922.258</b>
Estudos e Projetos - Outros	154.364.911	0	154.364.911
Ativo de Concessão Imóveis - Pátios	9.009.461	0	9.009.461
(Depreciações Acumuladas - Pátios)	(452.114)	0	(452.114)
Direito de Uso	13.073.543	0	13.073.543
Direito de Uso de Veículos e Imóveis	63.018.759	0	63.018.759
(Depreciação Acumulada - Direito de Uso)	(49.945.216)	0	(49.945.216)
Intangível	7.189.888	0	7.189.888
Direito de uso de Comunicação	139.790	0	139.790
Software	14.790.286	0	14.790.286
(Amortizações Acumuladas)	(7.740.188)	0	(7.740.188)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>6.759.511.917</b>	<b>(3.191.077.497)</b>	<b>3.568.434.420</b>

**II – PASSIVO**

Reapresentação

Em R\$ 1	31/12/2019 ORIGINAL	EFEITOS DOS AJUSTES	31/12/2019 REAPRES.
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>29.851.035</b>	<b>0</b>	<b>29.851.035</b>
Fornecedores	27.299	0	27.299
Provisão de férias c/ encargos	11.624.595	0	11.624.595
Salários a pagar	8.042.089	0	8.042.089
Encargos a pagar	74.964	0	74.964
Tributos retidos a recolher	295.239	0	295.239
Receita a diferir - Pátios e Terminais	1.807.993	0	1.807.993
Retenções s/ salários a pagar	508.260	0	508.260
Provisões de Ações Trabalhistas/Cíveis	0	0	0
Passivo de arrendamento	7.470.596	0	7.470.596
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.083.140.951</b>	<b>0</b>	<b>1.083.140.951</b>
Fornecedores	3.077.451	0	3.077.451
Depósitos retidos sobre fornecedores	38.483.270	0	38.483.270
Provisões de Ações Trabalhistas/Cíveis	1.010.995.556	0	1.010.995.556
Depósitos de Cauções	233.338	0	233.338
Receita a diferir - Pátios e Terminais	24.748.389	0	24.748.389
Passivo de arrendamento	5.602.947	0	5.602.947
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>5.646.519.931</b>	<b>(3.191.077.497)</b>	<b>2.455.442.434</b>
Capital Social	22.233.502.272	0	22.233.502.272
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	568.674.563	0	568.674.563
Prejuízos Acumulados (a)	(17.155.656.904)	(3.191.077.497)	(20.346.734.401)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>6.759.511.917</b>	<b>(3.191.077.497)</b>	<b>3.568.434.420</b>

### III – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

#### Reapresentação e Reclassificação

Em R\$ 1	01/01/2019 a 31/12/2019 ORIGINAL	EFEITOS DOS AJUSTES DA REAPRES.	EFEITOS DOS AJUSTES DA RECLASSIF.	01/01/2019 a 31/12/2019 REAPRES. RECLASSIF.
<b>RECEITAS</b>				
Receita de Exploração da Ferrovia	69.896	0	0	69.896
Permissão para uso de pátios	3.976.486	0	0	3.976.486
(-) Deduções de Receita	(401.901)	0	0	(401.901)
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>3.644.481</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.644.481</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(9.292.757.731)</b>	<b>(3.191.077.497)</b>	<b>0</b>	<b>(12.483.835.228)</b>
Pessoal	(138.722.920)	0	0	(138.722.920)
Remuneração dos Administradores	(1.101.096)	0	0	(1.101.096)
Depreciação e Amortização	(97.936.392)	0	0	(97.936.392)
Depreciação Direito de Uso	(13.523.396)	0	0	(13.523.396)
Gerais e Administrativas	(81.137.778)	0	0	(81.137.778)
Diárias, Passagens e Despesas de Locomoção	(1.307.710)	0	0	(1.307.710)
Transferências Voluntárias	(1.235.430)	0	0	(1.235.430)
Perda ao Valor Recuperável - FNS	(8.957.793.009)	0	0	(8.957.793.009)
Perda ao Valor Recuperável - FIOL (a)	0	(3.191.077.497)	0	(3.191.077.497)
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(92.080.500)</b>	<b>0</b>	<b>(46.275.023)</b>	<b>(138.355.523)</b>
Provisão para Contingências (b)	(3.708.387)	0	(68.664.981)	(72.373.368)
Reversão de Provisão para Contingências (b)	27.219.527	0	22.389.958	49.609.485
Outras Receitas	29.602.114	0	0	29.602.114
Resultado de Equivalência Patrimonial	(17.600.474)	0	0	(17.600.474)
Baixa de Ativos - Imobilizado e Intangível	(127.593.280)	0	0	(127.593.280)
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(9.381.193.750)</b>	<b>(3.191.077.497)</b>	<b>(46.275.023)</b>	<b>(12.618.546.270)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(47.270.233)</b>	<b>0</b>	<b>46.275.023</b>	<b>(995.210)</b>
Receita Financeira	1.652.763	0	0	1.652.763
Despesa Financeira (b)	(48.922.996)	0	46.275.023	(2.647.973)
<b>RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TESOIRO NA</b>	<b>(9.428.463.983)</b>	<b>(3.191.077.497)</b>	<b>0</b>	<b>(12.619.541.480)</b>
<b>SUBVENÇÕES DO TESOIRO NACIONAL</b>	<b>211.087.097</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>211.087.097</b>
Repasse de Custeio/Pessoal	211.087.097	0	0	211.087.097
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS S/LUCRO (IR/CSLL)</b>	<b>(9.217.376.886)</b>	<b>(3.191.077.497)</b>	<b>0</b>	<b>(12.408.454.383)</b>
Imposto de Renda	0	0	0	0
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	0	0	0	0
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (a)</b>	<b>(9.217.376.886)</b>	<b>(3.191.077.497)</b>	<b>0</b>	<b>(12.408.454.383)</b>
Prejuízo por ação (em reais)	(1.139)			(1.534)

- (a) Reapresentação para evidenciar os ajustes no valor de R\$ 3,19 bilhões referentes aos efeitos contábeis do teste de recuperabilidade de ativos sobre os custos da Ferrovia de Integração Oeste Leste, Trecho denominado de FIOLE I, conforme descrito na Nota 9 III; e
- (b) Reclassificação da atualização monetária das contingências judiciais de despesas financeiras para provisões para contingências e as baixas das atualizações foram reclassificadas para reversão de provisões.

**NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA - CONTA VINCULADA - LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO**

Nesta conta é registrado o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender as despesas com vinculações de pagamentos divididas nas seguintes categorias:

Categoria de Gasto com Pessoal e Encargos Sociais – (A) Vinculações: 130, 307, 308, 310.

Categoria de Gasto com Custeio/Investimento – (C) Vinculações: 340, 400, 404, 409, 412, 415, 500, 510, 514, 551.

Categoria de Gasto com Investimentos (Obras) – (D) Vinculações: – 400, 415, 500.

A conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento registra o valor do limite de saque da Conta Única da União, estabelecido pelo órgão Central de Programação Financeira para atender às despesas com vinculação de pagamentos. Portanto, representa a conta utilizada para movimentação financeira, na qual a Setorial Financeira do Ministério da Infraestrutura disponibiliza os recursos financeiros para pagamentos efetuados diariamente pela VALEC. Esta conta apresenta o seguinte saldo em 31 de dezembro de 2020:

VINCULAÇÃO	DESCRIÇÃO DA VINCULAÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
130	Pessoal-sentenças judiciais	0	23.179
307	Outros pag. pessoais - órgãos integrantes SIAPE	0	461.556
308	Contribuição previdência fechada	67.864	131.851
310	Pagamento pessoal	5.957.149	13.267.184
340	Custeio sentenças judiciais	0	36.360
400	Custeio/invest. c/exigência de empenho	18.147.951	11.135.853
404	Custeio/invest. outras emendas impositivas	0	1.685.830
409	Emendas Resultado EOF -9	523.505	0
412	Pagamento de cartão de crédito	0	1.060
415	Custeio/invest. projeto piloto	0	3.180.053
500	Custeio e investimento	7.322.036	7.322.036
510	Custeio pgto. pessoal/auxílios	288.786	2.285.341
514	Custeio Pagamento Pessoal/Auxílios- Resultado. Primário	43.687	132.447
551	Restituição de receita administrada	0	96
<b>TOTAL</b>		<b>32.350.978</b>	<b>39.662.846</b>

**NOTA 5 – DIREITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO**

**a) Adiantamentos Concedidos**

ADIANTAMENTOS (RFFSA – GEIPOT – VALEC)	31/12/2020	31/12/2019
ADIANTAMENTO DE 13º SALÁRIO	452.249	497.280
ADIANTAMENTOS DE SALÁRIOS E ORDENADOS	225.624	231.389
<b>TOTAL GERAL DE ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS</b>	<b>677.873</b>	<b>728.669</b>

O saldo de R\$ 677.873, em 31 dezembro de 2020, refere-se a adiantamentos concedidos aos empregados da VALEC e das extintas empresas Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA e da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT.

Os provisionamentos das despesas com 13º salário e férias são efetuados e conciliados mensalmente. A VALEC paga metade do salário a título de adiantamento de 13º salário a seus empregados na Folha de Pagamento do mês de junho

de cada ano, a fim de que o empregado receba no primeiro dia útil do mês de julho. No entanto, o empregado tem o direito de solicitar esse adiantamento na ocasião de férias quando gozadas de janeiro a junho.

Mediante conciliação mensal, o saldo da conta de adiantamento de 13º salário representa fielmente os valores devidamente adiantados, os quais serão descontados por ocasião da Folha de Pagamento do mês de novembro, quando o 13º salário é integralmente pago.

Os empregados da VALEC e das extintas empresas RFFSA e GEIPOT podem solicitar, na ocasião de suas férias, adiantamento salarial, o qual será restituído em até 6 (seis) parcelas mensais.

## **b) Créditos Tributários e Previdenciário a Compensar**

O saldo de créditos tributários e previdenciários a compensar em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1,6 milhões, sendo R\$ 396 mil em tributos a compensar e R\$ 1,2 milhões em créditos previdenciários.

### **b.1) Tributos a Compensar**

De acordo com o art. 1º da Lei 10.637/2002 e art. 1º da Lei 10.833/2003, a base de cálculo da apuração do PIS e da COFINS pelo regime não-cumulativo é o total das receitas auferidas no mês, excluídas as situações previstas em lei. As referidas leis, em seu art. 3º, preveem a possibilidade de aproveitamento de créditos de PIS (1,65%) e COFINS (7,6%) sobre “aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos e energia elétrica ou térmica”. Assim, a Valec encerrou o exercício de 2020 com saldo de crédito de PIS de R\$ 70,9 mil e COFINS de R\$ 325,5 mil a serem utilizados em exercícios posteriores.

O Imposto de Renda Retido na Fonte a compensar no valor de R\$ 134 refere-se à apropriação da folha de pagamentos de competência dezembro de 2020, compensado por ocasião da quitação da folha em janeiro de 2021.

<b>TRIBUTOS A COMPENSAR</b>	
Saldo do exercício anterior – 31/12/2019	0
COFINS a Compensar	325.576
PIS a Compensar	70.937
IRRF a Compensar	134
<b>SALDO EM 31/12/2020</b>	<b>396.647</b>

### **b.2) Crédito Previdenciário a Compensar**

Os seguintes fatos e princípios foram determinantes como justificativa para apuração de créditos previdenciários: Índices FAP declarados em divergência ao que determina o Portal FAPWeb; Atividades preponderantes declaradas em discordância com a real atividade exercida pelos funcionários de cada filial, conforme determina a Instrução Normativa 1.453, de 24 de fevereiro de 2014, e COSIT, de 14 de junho de 2016; Alíquota RAT declaradas em discordância com o determinado pelo Decreto 6.957, de 09 de setembro de 2009; Ausência de lançamento de desoneração em folha durante o período em que a mesma era obrigatória para o setor econômico da VALEC, conforme Lei 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e posteriores alterações; e Ausência de pagamento de DARF CPRB no período em que a mesma era obrigatória para o setor econômico da VALEC, conforme Lei 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e posteriores alterações.

<b>CRÉDITO PREVIDENCIÁRIO</b>	
Crédito Previdenciário	54.285.136
Crédito Compensado em 2018	(26.966.503)
Crédito Compensado em 2019	(9.477.108)
Reconhecimento de Crédito em 2019	16.613
Baixa por prescrição no 4º trimestre / 2020	(16.171.756,85)
<b>SALDO DE CRÉDITO PREVIDENCIÁRIO EM 31/12/2020</b>	<b>1.686.381</b>
<b>CRÉDITO PRESCRITO EM 2021 (Até Abr/2021) RECONHECIDO NAS DFS DE 2019</b>	<b>(271.209)</b>
<b>CRÉDITO PRESCRITO EM 2021 (Até jun/2021) RECONHECIDO NAS DFS DE 2020</b>	<b>(132.239)</b>
<b>SALDO DE CRÉDITO PREVIDENCIÁRIO EM JUNHO/2021</b>	<b>1.282.933</b>

Os créditos previdenciários estão sendo compensados nas guias de pagamentos do INSS referentes às folhas de pagamentos da VALEC e das extintas empresas Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA e Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT.

No final do segundo trimestre de 2019, houve a suspensão das compensações de créditos previdenciários, para aguardar a homologação por parte da Receita Federal do Brasil referente aos créditos já compensados, visto que, caso a Receita Federal do Brasil negue provimento à demanda, a VALEC deverá pagar com juros e multas todos os encargos que já foram compensados.

Em dezembro de 2020, após consulta à Superintendência de Gestão de Pessoas (SUGEP), verificou-se que seria necessário realizar uma baixa por prescrição do direito a recuperar no valor de R\$ 16 milhões do saldo de INSS A COMPENSAR, restando como saldo a compensar o valor de R\$ R\$ 1,6 milhões, os quais irão prescrever no exercício de 2021.

Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 24 – Eventos Subsequentes – aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – NBC TG 24 (R1), evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Portanto, devido à posição da Diretoria de suspender a compensação dos créditos previdenciários enquanto não haja homologação por parte da Receita Federal do Brasil, as prescrições dos créditos ocorridas até junho/2021 foram aqui consideradas.

### c) Outros Créditos a receber

Outros créditos compreendem os Termos de Execução Descentralizada a comprovar e os créditos a receber de fornecedores:

#### c.1) Termos de Execução Descentralizada a comprovar:

Os Termos de Execução Descentralizada celebrados entre a VALEC e órgãos vinculados à União para execução de serviços de interesse desta empresa, com valor a comprovar em 31 de dezembro de 2020, são:

Nº TED	SIAFI	ÓRGÃO	VIGÊNCIA	VALOR A COMPROVAR
002/2013	676940	UFRB	20.11.2020	570.744
003/2013	690654	CBTU	28.03.2021	71.948
001/2014	680152	UFRS	27.06.2018	187.207
001/2017	690538	AGU	05.09.2021	0
002/2017	692242	UFPA	12.12.2020	30.808
001/2019	699154	ME/RJ	09.12.2020	0
001/2020	1AABOM	EXÉRCITO	28.09.2023	5.000.000
002/2020	1AADXR	UnB	22.12.2021	0
003/2020	1AADXS	UnB	17.03.2022	0
<b>TOTAL EM 31/12/2020</b>				<b>5.860.707</b>

- I. Termo de Execução Descentralizada nº. 002/2013, celebrado entre a VALEC e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, cujo objeto é a prospecção e salvamento de fosséis e educação patrimonial na área de influência da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL). Com vigência até 20 de novembro de 2020, encontra-se em processo de prestação de contas;
- II. Termo de Execução Descentralizada nº. 003/2013, celebrado entre a VALEC e a CIA Brasileira de Trens Urbanos-CBTU, cujo objeto é o disciplinamento do uso compartilhado das áreas de uso comum voltadas à

administração, segurança, controle e fiscalização do Edifício Renato Azevedo Feio, situado na praça Procópio Ferreira-RJ, bem como o rateio das correlatas despesas. Compartilharão o uso das dependências os seguintes órgãos e entidades partícipes: Inventariança-RFFSA, CBTU, VALEC e AGU, que serão representados, oportunamente, nas assembleias por servidores formalmente nomeados pelas respectivas direções. Com vigência até 28 de março de 2021;

- III. Termo de Execução Descentralizada nº. 001/2014, celebrado entre a VALEC e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul -UFRGS, cujo objeto é executar a avaliação mecânico metalúrgica de 242.490 (duzentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e noventa) toneladas de trilhos ferroviários a serem adquiridos pela VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias s.a. A VALEC requereu junto à Advocacia Geral da União, em dezembro de 2019, a instauração do procedimento conciliatório com a finalidade de dirimir a controvérsia com a Universidade do Rio Grande do Sul- UFRS, no que diz respeito à prestação de contas O processo de conciliação se encontra em andamento na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF;
- IV. Termo de Execução Descentralizada nº. 001/2017, celebrado entre a VALEC e a Advocacia Geral da União-AGU, cujo objeto é contratação de escritório de advocacia para dar continuidade a defesa dos interesses da República Federativa do Brasil e da empresa pública VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A perante a justiça Itália na, no tocante a ação movida pela *Italplan Engineering, Environment & Transports S.P.A.* Com vigência até 05 de setembro de 2021;
- V. Termo de Execução Descentralizada nº. 002/2017, celebrado entre a VALEC e a Universidade Federal do Pará – UFPA, cujo objeto é mapear as competências institucionais e individuais da VALEC, com vistas a desenvolver as competências qualitativas e quantitativas no âmbito da perspectiva da gestão de pessoas, prevista no mapa estratégico institucional. Com vigência até 12 de dezembro de 2020, encontra-se em processo de prestação de contas;
- VI. Termo de Execução Descentralizada nº. 001/2019, celebrado entre a VALEC e Superintendência Regional Administrativa do Ministério da Economia-Rio de Janeiro, cujo objeto é rateio de despesas administrativas relativas à área ocupada pela VALEC situada a sala 1.112 do Palácio da Fazenda/RJ, bem como ajustar forma de ressarcimento ao Ministério da Economia das despesas proporcionais correspondentes a área ocupada. Com vigência até 09 de dezembro de 2020, encontra-se em processo de prestação de contas;
- VII. Termo de Execução Descentralizada nº. 001/2020 celebrado entre a VALEC e o Exército Brasileiro, cujo objeto é a execução de obras remanescentes do sub-trecho da Ferrovia de Integração Oeste Leste - FIOI, compreendido entre Ilhéus/BA a Barreiras/BA sub-trecho Caetité/BA e Barreiras-BA, referente ao lote 06f - até o início da ponte sobre o rio São Francisco, numa extensão de 18,34km. Com vigência até 08 de setembro de 2023;
- VIII. Termo de Execução Descentralizada nº. 002/2020, celebrado entre a VALEC e a Universidade de Brasília, cujo objeto é a avaliação de metodologias desenvolvidas pela VALEC por meio das Notas técnicas Nº 57/2019 (Metodologia de Ensaio de Deformação Permanente do Lastro do Lote 5S da Ferrovia Norte Sul Extensão Sul) e Nº58/2019 (Metodologia de Ensaio de Deformação Permanente do Lastro do Lote 4S da Ferrovia Norte Sul Extensão Sul), bem como, estudar e compreender a vida útil de britas de lastros por meio de ensaios e por avaliações mediante métodos numéricos avançados. Com vigência até 22 de dezembro de 2021; e
- IX. Termo de Execução Descentralizada nº. 003/2020, celebrado entre a VALEC e a Universidade de Brasília, cujo objeto é o desenvolvimento do modelo mental BIM de forma que os profissionais e pessoas fiquem preparadas para trabalharem de maneira integrada junto com tecnologias GIS, onde todos interagem ao mesmo tempo,

conectados, com a possibilidade de falar com qualquer membro da equipe quando necessário, trocando informações e compartilhando de forma ostensiva informações, com o desenvolvimento de novas metodologias de integração de softwares. Com vigência até 17 de março de 2022.

### c.2) Créditos a Receber

Os créditos a receber referem-se às multas compensatórias previstas em contratos, as quais a VALEC aplicou a contratos de fornecedores e que estão sendo cobradas por meio de processos administrativos, em decisões originárias das Diretoria.

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	CONTRATO	PROCESSO ADMINISTRATIVO	VALOR
<b>Multas Compensatórias</b>			
A C CORREA CIA LTDA	004/2017	51402.190111/2017-63	177.442
AZVI S.A DO BRASIL	016/2017	51402.200534/2018-81	9.739.968
SPAVIAS ENGENHARIA LTDA	036/2014	51402.198131/2018-63	2.465.411
<b>TOTAL DE CRÉDITOS A RECEBER</b>			<b>12.382.821</b>
<b>Ajustes para Perdas com crédito de liquidação duvidosa</b>			
A C CORREA CIA LTDA	004/2017	51402.190111/2017-63	(177.442)
AZVI S.A DO BRASIL	016/2017	51402.200534/2018-81	(9.739.968)
SPAVIAS ENGENHARIA LTDA	036/2014	51402.198131/2018-63	(2.465.411)
<b>TOTAL LÍQUIDO DOS CRÉDITOS A RECEBER</b>			<b>0</b>

Após a judicialização dos processos de cobranças, foram efetuados ajustes para perdas com crédito de liquidação duvidosa no valor total de R\$ 12.382.821.

## NOTA 6 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

### a) Depósitos de Cauções

DEPÓSITOS DE CAUÇÕES	31/12/2020	31/12/2019
Saldo do exercício anterior	233.338	233.369
Ingressos	0	0
Baixas	0	(31)
<b>TOTAL DOS DEPÓSITOS DE CAUÇÕES</b>	<b>233.338</b>	<b>233.338</b>

Os depósitos de cauções decorrem das garantias caucionadas propostas, em licitação, do contratante ao contratado, conforme cláusula contratual, os quais são contabilizados em contrapartida ao passivo não circulante. Financeiramente, esses valores encontram-se disponibilizados em contas específicas individualizadas sob a custódia da Caixa Econômica Federal – CAIXA. Desde 2019 esses depósitos não sofrem atualizações monetárias.

### b) Depósitos Judiciais

AÇÕES	SALDO EM 31/12/2019	INGRESSO	BAIXA	BAIXA ATUAL. MONET	SALDO EM 31/12/2020
Cíveis	50.282.394	1.359.408	0	0	51.641.802
Trabalhistas	38.657.956	657.526	(757.376)	(44.921)	38.513.185
<b>TOTAL</b>	<b>88.940.350</b>	<b>2.016.934</b>	<b>(757.376)</b>	<b>(44.921)</b>	<b>90.154.987</b>

O montante de R\$ 90.154.987 compreende os valores depositados em juízo referentes a depósitos recursais, provenientes das ações trabalhistas e cíveis impetradas pelas partes autoras contra a VALEC e as extintas empresas Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA e Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT, atualizados monetariamente pela taxa JAM-FGTS (ações trabalhistas) ou pela taxa Selic (ações cíveis) até 31/12/2018.



Trimestralmente, é realizada a conciliação contábil dos depósitos judiciais junto à Procuradoria Jurídica da VALEC, o que justifica a baixa de R\$ 757 mil em depósitos trabalhistas e a baixa de R\$ 44 mil referente à atualização monetária até 2018.

A VALEC está providenciando junto ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal convênios para o recebimento dos extratos referentes aos depósitos judiciais, tempestivamente. Assim, mediante extratos a efetiva atualização monetária poderá ser registrada contabilmente.

### c) Valores a Receber

VALORES A RECEBER	31/12/2020	31/12/2019
Saldo do exercício anterior	81.132	75.411
Ingressos	0	117.318
Baixas	(35.089)	(111.597)
<b>TOTAL</b>	<b>46.043</b>	<b>81.132</b>

O saldo de R\$ 46.043 abrange gastos com despesas médicas dos empregados da extinta Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT transferidos para a VALEC. Os descontos desses valores são efetuados mensalmente na Folha de Pagamento dos colaboradores.

### NOTA 7 – PERMISSÕES PARA USO DE PÁTIOS

Para fomentar o transporte ferroviário, a VALEC outorga por meio de Contratos de Permissão de Uso, Pátios de Integração Multimodal, por prazo não inferior a 15 anos. As receitas provindas dessas permissões são consideradas receitas operacionais diferidas pelo prazo do contrato e o recebimento é parcelado conforme acordo contratual. Os saldos dos recursos a receber de curto e longo prazo referentes à Permissão para Uso de Pátios, em 31 de dezembro de 2020, são:

#### a) Realizáveis a Curto Prazo

PERMISSÃO PARA USO DE PÁTIOS A RECEBER - CIRCULANTE	31/12/2020	31/12/2019
Saldo do exercício anterior	740.142	1.907.163
Recebimentos	(1.002.436)	(1.998.851)
Transf. do não circulante para circulante	687.436	736.957
Atualização monetária do período	12.196	94.873
Novas permissões	1.050.000	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.487.338</b>	<b>740.142</b>

#### b) Realizável a Longo Prazo

PERMISSÃO DE USO DE PÁTIOS A RECEBER – NÃO CIRCULANTE	31/12/2020	31/12/2019
Saldo do exercício anterior	21.387.934	22.854.871
Recebimentos	(150.505)	(2.279.516)
Transf. do não circulante para circulante	(687.436)	(736.957)
Atualização monetária do período	4.938.524	1.549.536
Novas permissões	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>25.488.517</b>	<b>21.387.934</b>
<b>SALDO DE CONTRATOS POR PERMISSÃO A RECEBER</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>

Agrex do Brasil	735.000	0
Bunge S.A.	40.052	32.526
Cargill Agrícola S.A.	24.850	20.180
Porto Seco	12.875.356	10.866.231
Total Distribuidora	13.300.597	11.209.139
<b>TOTAL</b>	<b>26.975.855</b>	<b>22.128.076</b>

Em setembro de 2020, foi assinado o 2º Termo Aditivo do Contrato de Concessão de Uso nº 016/2005, celebrado entre a VALEC e a Agrex do Brasil. O referido termo possui o valor de R\$ 1 milhão e o respectivo pagamento dividido em duas parcelas, sendo 30% em 30 dias da assinatura do Contrato e 70 %, em 180 dias.

#### NOTA 8 – INVESTIMENTO

INVESTIDAS	SALDO EM 31/12/2019	RESULT. MEP	APORTE	SALDO EM 31/12/2020	QTD DE AÇÕES PN	AÇÕES PN (%)	QTD DE AÇÕES ON	AÇÕES ON (%)	AÇÕES TOTAL (%)
Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A	26.278	-	0	26.278	0	0	1.875.000	0,008	0,0027
Transnordestina Logística S/A	983.726.284	(23.952.269)	0	959.774.015	18.686.075	71,59	1.722.716	6,60	39,10
<b>TOTAL</b>	<b>983.752.562</b>	<b>(23.952.269)</b>	<b>0</b>	<b>959.800.293</b>					

##### a) Estrada de Ferro Paraná-Oeste S/A (FERROESTE)

A Estrada de Ferro Paraná-Oeste S/A (FERROESTE) é uma sociedade anônima, de economia mista, controlada pelo Estado do Paraná, com 99,69% de participação acionária, o restante das ações pertence a 46 empresas nacionais, 3 estrangeiras e 6 pessoas físicas. A FERROESTE tem por objetivo a construção, operação, administração, e exploração comercial de vias ferroviárias nacionais, de terminais ferroviários, de silos e demais sistemas de armazenagem de produtos agrícolas e manufaturados em geral.

A VALEC participa do capital social da Estrada de Ferro Paraná-Oeste S/A (FERROESTE) com 1.875 lotes de 1.000 ações ordinárias. Esse investimento é avaliado pelo método de custo em função da participação da VALEC não apresentar influência significativa, além dessa participação ser inferior a 20% do Capital Social da investida.

##### b) Transnordestina Logística S/A (TLSA)

A Transnordestina Logística S/A (TLSA) é uma sociedade por ações, sediada em Fortaleza-CE, com registro de companhia aberta, classe B, junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). A Companhia é controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”) e suas ações não são negociadas em bolsa de valores.

A Companhia tem por objeto social prestar serviços de transporte ferroviário; explorar serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão; explorar os transportes intermodais necessários ao desenvolvimento de suas atividades; participar de projetos que tenham como objeto a promoção do desenvolvimento socioeconômico das áreas de influência, visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos; exercer a atividade de operador portuário; exercer outras atividades que utilizem como base a infraestrutura da Companhia; exercer a função de operador de transporte multimodal (OTM) e executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas anteriormente.

A VALEC participa do capital social da Transnordestina Logística S/A com 20.408.791 ações (18.686.075 ações preferenciais e 1.722.716 ações ordinárias) que correspondem a 39,10% do total de ações, sendo 71,59% das ações preferenciais e 6,60% das ações ordinárias.

A VALEC, nos termos da legislação, dos contratos, do Acordo de Acionistas e do Acordo de Investimento, não é integrante do grupo controlador da TLSA e não possui o controle compartilhado, mantendo a sua característica de acionista minoritária.

A Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, preceitua em seu art.116 o conceito do acionista controlador como a pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, que: a) é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e b) usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

Em 27 de dezembro 2013, após a eleição e posse de dois representantes para compor o Conselho de Administração da Transnordestina Logística S/A, a VALEC passou a considerá-la coligada. Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 18 (R3), coligada é a entidade sobre a qual o investidor tem influência significativa, isto é, o investidor possui o direito de participar de certas decisões sobre políticas financeiras e operacionais da companhia investida, mas sem exercer controle individual ou conjunto dessas políticas.

A NBC TG 18 (R3) determina que o investimento em coligada seja avaliado pelo método da equivalência patrimonial, o qual deve ser inicialmente reconhecido pelo custo e o seu valor contábil aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nos lucros ou prejuízos do período, gerados pela investida após a aquisição. A participação do investidor no lucro ou prejuízo do período da investida deve ser reconhecida no resultado do período do investidor.

Até o ano de 2016, a VALEC aportou o montante de R\$ 1.124,6 milhões na TLSA. Em 2017, 2018 e 2019, não houve aportes por parte da VALEC. Desde janeiro de 2017, por determinação do Tribunal de Contas da União – Acórdão N° 67/2017, estão suspensos novos aportes de recursos públicos para o projeto.

Em 2020, a Transnordestina Logística S/A apresentou um resultado negativo de R\$ 61,2 milhões, o que provocou para a VALEC uma perda de equivalência patrimonial deste investimento na ordem de R\$ 23,9 milhões no período.

## NOTA 9 – IMOBILIZADO

### I – COMPOSIÇÃO E FLUXO DO ATIVO IMOBILIZADO:

O fluxo de movimentação do ativo imobilizado da VALEC no ano de 2020 está representado na tabela abaixo e justificado nos itens que segue:

IMOBILIZADO BENS MÓVEIS	SALDO EM 31/12/2019	ENTRADAS	BAIXAS	TRANSF.	SALDO EM 31/12/2020	TAXA DEPREC. (%)
Mobiliário em Geral	8.554.381	0	(27.911)	100.378	8.626.848	10
Ativos de Concessão (Pátios)	5.524.762	0	0	0	5.524.762	10
Equipamentos	22.501.937	7.035	0	0	22.508.972	10 e 20
Utensílios de Escritório	272.619	0	(39.275)	56.501	289.845	10
CMT Lei nº 8.200/91	45.264	0	(45.264)	0	0	10
(Redução ao Valor Recuperável)	(17.094)	0	0	0	(17.094)	
<b>Total Bens Móveis (1)</b>	<b>36.881.869</b>	<b>7.035</b>	<b>(112.450)</b>	<b>156.879</b>	<b>36.933.333</b>	<b>-</b>

  

IMOBILIZADO BENS IMÓVEIS	SALDO EM 31/12/2019 REAPRESENTADO	ENTRADAS	BAIXAS	TRANSF.	SALDO EM 31/12/2020	TAXA DEPREC. (%)
Terrenos	399.596.283	4.800.631	0	0	404.396.914	-
Terrenos – Permissão de Uso de Pátios	480.985	0	0	0	480.985	-
Salas e Escritórios	8.768.367	0	(2.443.792)	0	6.324.575	10
Estudos e Projetos	252.213.335	6.625.521	0	(97.207.551)	161.631.305	-
FNS - Porto Nacional/TO - Anápolis/GO	53.392.000	3.487.463	0	(56.879.463)	0	
FIOL - Ferrovia de Integração Oeste-Leste	44.456.424	0	0	(40.328.088)	4.128.336	
Ferrovia Transcontinental	129.879.946	2.097.936	0	0	131.977.882	
Outros Empreendimentos	24.484.965	1.040.122	0	0	25.525.087	

Implantação - Ferrovias	5.332.545.643	320.103.198	(16.810)	(328.397.485)	5.324.234.547	
FNS - Porto Nacional/TO - Anápolis/GO	211.035.249	3.178.162	0	(214.213.411)	0	
FNS - Ouro Verde/GO - Estrela D'Oeste/SP	145.851.792	17.271.973	0	(113.979.245)	49.144.520	
FIOL - Ferrovia de Integração Oeste-Leste	4.975.658.602	299.653.063	(16.810)	(204.829)	5.275.090.026	
Ativos de Concessão	11.786.792.231	18.551.962	(119.222)	425.448.157	12.230.673.128	
FNS - Açailândia/MA - Palmas/TO	2.607.007.842	0	(23.146)	0	2.606.984.696	4 e 2,86
FNS - Porto Nacional/TO - Anápolis/GO	4.657.778.276	0	(51.132)	271.140.824	4.928.867.968	4 e 2,86
FNS - Ouro Verde/GO - Estrela D'Oeste/SP	4.512.996.652	18.551.962	(44.944)	154.307.333	4.685.811.003	
Pátio Porto Franco	9.009.461	0	0	0	9.009.461	5 a 30
CMT Lei 8.200/91 - FNS	283.968	0	0	0	283.968	
<b>Total Bens Imóveis (2)</b>	<b>17.780.680.812</b>	<b>350.081.312</b>	<b>(2.579.824)</b>	<b>(156.879)</b>	<b>18.128.025.421</b>	-
<b>(Redução ao Valor Recuperável - FNS) (3)</b>	<b>(11.271.386.028)</b>	<b>(83.149.566)</b>	<b>119.222</b>	<b>0</b>	<b>(11.354.416.372)</b>	
Estudos e Projetos - FNS	(53.392.000)	(3.487.463)	0	56.879.463	0	
Implantação - Ferrovias - FNS	(356.887.041)	(20.450.135)	0	328.192.656	(49.144.520)	
Ativos de Concessão Imóveis - FNS	(11.777.782.770)	(58.928.000)	119.222	(385.072.119)	(12.221.663.667)	
CMT Lei 8.200/91 - FNS	0	(283.968)	0	0	(283.968)	
Depreciação Acumulada das Ferrovias - FNS	916.675.783	0	0	0	916.675.783	
<b>(Redução ao Valor Recuperável - FIOL I) (4)</b>	<b>(3.191.077.497)</b>	<b>(54.859.759)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(3.245.937.256)</b>	
<b>Depreciação Acumulada de Bens Móveis e Imóveis (5)</b>	<b>(946.426.365)</b>	<b>(5.214.511)</b>	<b>2.207.341</b>	<b>0</b>	<b>(949.433.535)</b>	
<b>Depreciação Acumulada de Bens Móveis</b>	<b>(22.192.642)</b>	<b>(4.174.502)</b>	<b>103.844</b>	<b>0</b>	<b>(26.263.300)</b>	
<b>Depreciação Acumulada de Bens Imóveis</b>	<b>(924.233.723)</b>	<b>(1.040.009)</b>	<b>2.103.497</b>	<b>0</b>	<b>(923.170.235)</b>	
Salas e Escritórios	(7.105.827)	(678.318)	2.103.497	0	(5.680.648)	
FNS - Açailândia/MA - Palmas/TO	(293.414.823)	0	0	0	(293.414.823)	
FNS - Porto Nacional/TO - Anápolis/GO	(623.260.959)	0	0	0	(623.260.959)	
Pátio Porto Franco	(452.114)	(361.691)	0	0	(813.805)	
<b>Total Líquido (6) =1+ 2+3+4+5</b>	<b>2.408.672.791</b>	<b>206.864.510</b>	<b>(365.711)</b>	<b>0</b>	<b>2.615.171.591</b>	
<b>IMOBILIZADO CONSOLIDADO</b>	<b>SALDO EM 31/12/2019 REAPRESENTADO</b>	<b>ENTRADAS</b>	<b>BAIXAS</b>	<b>TRANSF.</b>	<b>SALDO EM 31/12/2020</b>	
Total Bens Móveis (1)	36.881.869	7.035	(112.450)	156.879	36.933.333	
Total Bens Imóveis (2)	17.780.680.812	350.081.312	(2.579.824)	(156.879)	18.128.025.421	
(Redução ao Valor Recuperável - FNS) (3)	(11.271.386.028)	(83.149.566)	119.222	0	(11.354.416.372)	
(Redução ao Valor Recuperável - FIOL I) (4)	(3.191.077.497)	(54.859.759)	0	0	(3.245.937.256)	
Depreciação Acumulada (5)	(946.426.365)	(5.214.511)	2.207.341	0	(949.433.535)	
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO</b>	<b>2.408.672.791</b>	<b>206.864.511</b>	<b>(365.711)</b>	<b>0</b>	<b>2.615.171.591</b>	

- a) Os bens corpóreos são reconhecidos pelo registro original do bem. Devido ao desgaste e a obsolescência desses bens ao longo do tempo, exigem-se o reconhecimento da despesa em virtude da depreciação calculada por meio do método linear, em função de taxas estabelecidas e do tempo de vida útil, fixadas por espécies de bens;

- b) As ferrovias construídas foram depreciadas retroativamente pela tabela fisco até 31 de dezembro de 2016, a partir dessa data foi utilizada a tabela da ANTT, conforme Resolução ANTT N° 4540, de 19 de dezembro de 2014;
- c) Anualmente, é realizado o inventário dos bens móveis da VALEC e verificado in loco as condições de uso dos bens. Os bens que se apresentam como inservíveis são reparados, doados ou baixados do sistema patrimonial bem como da contabilidade;
- d) Os Ativos Imobilizados da VALEC são registrados em um sistema informatizado que permite controlar sequencialmente os bens móveis, gerando relatórios por localidade ou descrição do bem e são depreciados periodicamente;
- e) Em 2020, ocorreu a entrada na conta Equipamentos de Tecnologia da Informática no valor de R\$ 7.035, referente à aquisição de 15 Transceivers GBICEQUIP;
- f) A provisão para “Redução ao valor Recuperável – Móveis” no valor de R\$ 17.094 se refere ao valor contábil de 292 bens patrimoniais furtados ou extraviados, mas que se encontram com o processo administrativo de sindicância em andamento, conforme Laudo expedido pela Gerência de Patrimônio em 04 de março de 2021 (Laudo de Avaliação nº 1/2021/GEPAT/SUADM/VALEC - referente aos bens móveis em 31 de dezembro de 2019). Ao final da instrução processual, com a devida autorização da Diretoria Executiva, esses bens serão efetivamente baixados do patrimônio da VALEC;
- g) A rubrica contábil “Terrenos” é composta pelos custos relacionados aos processos de desapropriação dos respectivos Terrenos. Mensalmente são realizados pagamentos de custas do processo, taxas cartoriais, entre outros que compõem o Custo do Terreno. Esses procedimentos seguem a Norma de Desapropriação (80-EG-000F-91-0001 – 2ª Revisão – 06/04/2016);
- h) A rubrica contábil “Estudos e Projetos” é composta pelos custos relacionados ao desenvolvimento de estudos e projetos de obras de infraestrutura ferroviária. Os Estudos e Projetos compreendem os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA, o Projeto Básico – PB e o Projeto Executivo – PE;
- i) A rubrica contábil “Implantação – Ferrovias” é formada pelos custos das obras de construção das ferrovias que ainda se encontram em andamento, após o término das obras e a autorização para tráfego emitida pela ANTT, esses custos são transferidos para a rubrica “Ferrovias Construídas” e a partir de então, a ferrovia passa a sofrer depreciação. Após as subconcessões dos trechos, os ativos subconcedidos são transferidos para a rubrica “Ativos de Concessão”;
- j) Entrou, em 2020, o valor de R\$ 18.551.962 na conta de Ativos de Concessão, oriundo da rubrica Cessão de Uso - Bens Recebidos. Referente a trilhos recebidos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Esses ativos pertencem à Ferrovia Norte-Sul, relativo ao trecho da Extensão Sul;
- k) Um item do ativo imobilizado é baixado quando doado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso. Eventual perda resultante da baixa do ativo (representada pelo valor residual do ativo) é incluída no resultado do exercício em que o ativo for baixado. Em 2020, ocorreram as seguintes baixas:
  - i. Baixa do valor de R\$ 45.264 correspondente à Correção Monetária Especial reconhecida em 1998, conforme Lei 8.200/1991, sobre os bens móveis, devido ao fato de os bens estarem totalmente depreciados;
  - ii. Baixa de 152 bens patrimoniais, localizados no canteiro de obras de Estrela do Norte/GO, totalizando o valor de R\$ 27.911 na conta Mobiliário em Geral, devido à irrecuperabilidade dos bens conforme Extrato de Ata da 1271ª Reunião Extraordinária, Processo nº 51402.210789/2018-51;
  - iii. Baixa de 75 bens patrimoniais, localizados no canteiro de obras de Estrela do Norte/GO, totalizando o valor de R\$ 39.275 na conta Utensílios de Escritórios, devido à irrecuperabilidade dos bens conforme Extrato de Ata da 1271ª Reunião Extraordinária, Processo nº 51402.210789/2018-51;

- iv. Baixa de 8 bens patrimoniais, totalizando o valor de R\$ 1.878.742, na conta de Salas e Escritórios, devido a concessão de uso das benfeitorias edificadas para o canteiro de obras de Santa Helena/GO da Ferrovia Norte/Sul, conforme extrato de Ata da 1229ª Reunião Extraordinária, Processo nº 51402.207856/2018-51;
  - v. Baixa de 4 bens patrimoniais, totalizando o valor de R\$ 565.050, na conta de Salas e Escritórios, devido à irreversibilidade dos bens conforme Extrato de Ata da 1306ª Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva, realizada em 22 de julho de 2020, Processo nº 51402.007659/2012-47;
  - vi. Baixa de R\$ 16.810 na conta de Implantação – Ferrovias devido à baixa de saldo correspondente na Conta de Depósitos Retidos de Fornecedores, tendo em vista os contratos encerrados e não reclamados administrativamente pelos fornecedores;
  - vii. Baixa de R\$ 119.221 na conta Ativos de Concessão devido à baixa de saldo correspondente na Conta de Depósitos Retidos de Fornecedores, tendo em vista os contratos encerrados e não reclamados administrativamente pelos fornecedores; e
  - viii. As baixas mencionadas de bens móveis e imóveis geraram reversões de depreciações no valor de R\$ 2.207.341.
- l) A coluna “transferências” da Tabela que apresenta o fluxo de movimentação do Imobilizado representa os saldos que são transferidos a outras rubricas do Imobilizado, em geral por motivo de subconcessão de trechos da Ferrovia ou por encerramento dos respectivos contratos. Em 2020, foram realizadas as seguintes transferências entre contas do ativo imobilizado:
- i. Foi transferido da conta Implantação – Ferrovias para a conta Ativos de Concessão, o valor de R\$ 115.732.085, devido ao término de contratos e conclusão das obras, tendo em vista o trecho estar subconcedido conforme Contrato de Concessão nº 002/2018 de 31 de julho de 2019. Do total, o valor de R\$ 113.979.245 é referente ao Contrato 084/2010, relativo ao trecho da Ferrovia Norte Sul – Ouro Verde/GO – Estrela D’Oeste/SP, e o valor de R\$ 1.752.840 é referente ao Contrato 025/2018, relativo ao trecho da Ferrovia Norte Sul – Porto Nacional/TO – Anápolis/GO;
  - ii. Foi transferido da conta Implantação – Ferrovias para a conta Ativos de Concessão, o valor de R\$ 212.437.063 devido ao fato de o respectivo trecho estar subconcedido, conforme Contrato de Concessão N° 002/2018 de 31 de julho de 2019. Do total, R\$ 92.511.450 correspondem ao Contrato 002/2014, R\$ 52.384.199 correspondem ao Contrato 023/2009 e R\$ 67.541.414 correspondem ao Contrato 024/2009, todos relativos ao trecho da Ferrovia Norte Sul – Porto Nacional/TO – Anápolis/GO;
  - iii. Foi transferido da conta Implantação – Ferrovias para a conta Ativos de Concessão, o valor de R\$ 23.507, devido ao fato de o trecho estar concedido, conforme Contrato de Concessão N° 002/2018 de 31 de julho de 2019;
  - iv. Foi transferido da conta Implantação – Ferrovias para a conta Ativos de Concessão, o valor de R\$ 47.950, correspondente ao Convênio 002/2007, devido ao fato de o trecho estar concedido, conforme Contrato de Concessão N° 002/2018 de 31 de julho de 2019;
  - v. Foi transferido da conta Implantação – Ferrovias saldo correspondente ao Contrato 085/2010, totalizando o valor de R\$ 70.098, sendo R\$ 44.570 para a conta Mobiliário em Geral e R\$ 25.528 para a conta Utensílios de Escritório, devido ao recebimento e tombamento dos referidos bens, localizados no canteiro de obras do Lote 5F-A, Serra do Ramalho/BA, em decorrência do término de contratos e conclusão das obras, Processo 51402.005010/2019-68;
  - vi. Foi transferido da conta Estudos e Projetos para a conta Ativos de Concessão, o valor de R\$ 56.879.463 devido ao fato de o trecho estar concedido, conforme Contrato de Concessão N° 002/2018 de 31 de julho de 2019. O valor é referente ao Contrato 023/2009, relativo ao trecho da Ferrovia Norte Sul – Porto Nacional/TO – Anápolis/GO;

- vii. Foi transferido da conta Estudos e Projetos - FIOL para a conta Ativos de Concessão, o valor de R\$ 40.328.088, devido à reclassificação do Contrato 054/2009, uma vez que o objeto contratual se trata da Ferrovia Norte e Sul;
  - viii. Foi transferido da conta Implantação – Ferrovias saldo correspondente ao Contrato 053/2010, totalizando o valor de R\$ 86.781, sendo R\$ 55.808 para a conta Mobiliário em Geral e R\$ 30.973 para a conta Utensílios de Escritório, devido ao tombamento dos bens do canteiro de obras localizado no Município de Barra do Rocha/BA, em decorrência do término de contratos e conclusão das obras, Processo 51402.100211/2020-10; e
  - ix. Foi transferido de Estudos e Projetos FIOL para Ativos de Concessão - FNS o valor de R\$ 40.328.088 referente a reclassificação do custo do contrato, por ser pertencente à FNS e não à FIOL.
- m) Os Ativos de Concessão – Bens Móveis, no valor de R\$ 5.524.762, e os Ativos de Concessão – Bens Imóveis, no valor de R\$ 9.009.461 são provindos do tombamento dos bens do pátio de Transbordo de Porto Franco/MA referente ao Contrato nº 001/2002 celebrado entre a VALEC e a Multigrain S/A, o qual foi rescindido pelo Termo de Rescisão Contratual amigável datado de 26 de fevereiro de 2019, conforme Processo Administrativo nº 51402.205501/2018-26, em que a Multigrain cede de forma não onerosa à VALEC as benfeitorias que compõem o Pátio de Porto Franco; e
- n) Por meio do Laudo de Avaliação nº 1/2021/GEPAT/SUADM/VALEC, emitido em 04 de março de 2021, a Gerência de Patrimônio certifica que todos os bens patrimoniais contabilizados, com exceção dos provisionados por redução ao valor recuperável, estão em condições de funcionamento. Informa, ainda, que não há indicativo de perda sobre os bens patrimoniais, portanto, não se verificou a necessidade de teste de recuperabilidade dos bens móveis, bem como dos Ativos de Concessão relacionados ao Pátio de Porto Franco.

## **II – FERROVIA NORTE SUL (FNS)**

A VALEC subconcedeu, em 2007, o trecho da Ferrovia Norte Sul que liga Açailândia/MA a Palmas/TO para a Ferrovia Norte Sul S/A. De acordo com o Contrato de Subconcessão nº 033/07, de 20 de dezembro de 2007, nos termos do Edital de Licitação nº 001/2006, a subconcessão foi assinada por um prazo de 30 anos, previa o pagamento a título de outorga de R\$ 1.478.205.000, dividido em três parcelas corrigidas pelo IGP-DI e juros de 1% ao mês (até maio de 2010), sendo 50% à vista, 25% na entrega do 1º trecho e 25% na entrega do 2º trecho. A primeira parcela foi recebida em dezembro de 2007 no valor de R\$ 739.102.500, a segunda parcela no valor de R\$ 461.870.050 foi recebida em maio de 2009 e parte da terceira parcela, o valor de R\$ 453.458.155, foi recebida em dezembro de 2010. Conforme 2º Termo Aditivo, assinado em 10 de dezembro de 2010, o pagamento do valor correspondente à 20% da terceira parcela foi condicionado à entrega pela VALEC de obras remanescentes. Os recursos recebidos provenientes desta outorga foram repassados diretamente ao Tesouro Nacional.

O trecho da Ferrovia Norte Sul compreendido entre Porto Nacional, no Estado do Tocantins e Estrela D'Oeste, no Estado de São Paulo foi subconcedido à Rumo Malha Central S/A, conforme Contrato de Subconcessão do Edital de Concorrência Internacional nº 002/2018, assinado em 31 de julho de 2019. Esse contrato foi assinado entre a União, representada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, a VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, como interveniente subconcedente e a Rumo Malha Central S/A como subconcessionária. O valor do lance da outorga no leilão foi de R\$ 2,720 bilhões. Os direitos creditórios e as receitas provenientes dessa subconcessão serão da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme o artigo 77 da Lei 10.233, de 05 de junho de 2001, que dispõe sobre a criação da Agência, e estabelece que é receita da ANTT os recursos provenientes dos instrumentos de outorga administrados pela agência.

A VALEC realizou o teste de recuperabilidade dos ativos relacionados à Ferrovia Norte Sul e, devido à falta benefícios econômicos para a empresa durante os prazos contratuais das subconcessões, reconheceu a provisão para perda ao valor recuperável dos ativos. As provisões foram reconhecidas desde o ano 2007 - quando ocorreu a primeira subconcessão.

### **III – FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE LESTE (FIOL)**

Em 16 de dezembro de 2020, esta Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) publicou, no Diário Oficial da União, o aviso do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2020, cujo objeto é o Leilão, na modalidade de concorrência pública internacional, para a Subconcessão pela VALEC, em caráter de exclusividade, da construção e prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, trecho entre Ilhéus/BA e Caetitê/BA.

Em 08 de abril de 2021, a ANTT realizou o Leilão para subconcessão do trecho ferroviário entre os municípios de Ilhéus/BA a Caetitê/BA, com 537 km de extensão, denominado FIOL I, no qual a empresa Bahia Mineração S.A sagrou-se vencedora, com um lance de R\$ 32,7 milhões, adicionado à receita variável, com base no estudo de viabilidade.

A Agência destinou o recolhimento do valor de outorga à própria ANTT, conforme descrito na “Minuta de Contrato de Subconcessão do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2020”. Porém, com base na Nota Técnica nº 3/2021/CGPF/DTFER/SNTT e no Parecer nº 00067/2021/CONJUR-MINFRA/CGU/AGU, do ponto de vista técnico e contábil, e pela possibilidade Jurídica, o Ministério da Infraestrutura reconhece que o melhor destino para o recolhimento do Valor de Outorga é a VALEC, entidade a quem a FIOL está concedida.

Nesse contexto, o Ministério da Infraestrutura, por meio do Ofício nº 246/2021/SE, encaminhado à ANTT em 26 de fevereiro de 2021, definiu como diretriz a adequação da Minuta de Contrato de subconcessão com a finalidade de ajustar o direcionamento das receitas de outorga para a VALEC.

A ANTT, por meio do Ofício nº 17700/2021/DG/DIR-ANTT, de 30 de junho de 2021, informou à VALEC que a assinatura do Termo Aditivo para adequação do Contrato está prevista para ocorrer em 30 de agosto de 2021, quando se dará a assinatura do contrato.

De acordo com o Cronograma determinado no Edital, a fase final em que é ratificada a conformidade de todo o procedimento licitatório, acarretando assim, à proponente vencedora a expectativa à assunção do objeto do leilão, ou seja, o Ato de Homologação do leilão pela Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e adjudicação do objeto da Subconcessão à proponente vencedora ocorreu em 27 de maio de 2021.

Os eventos de homologação e adjudicação ocorreram em 27 de maio de 2021, levando a VALEC a efetuar o teste de recuperabilidade de ativos de forma retrospectiva, considerando as receitas de outorga previstas como parâmetros para medir o benefício econômico e reconhecer a perda ao valor recuperável de ativos nas demonstrações contábeis reapresentadas do exercício de 2019.

Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 24 – Eventos Subsequentes – aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – NBC TG 24 (R1), evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.

### **IV - TESTE DE REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS - IMOBILIZADO**

O Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos tem como objetivo estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.

Um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo.

Se esse for o caso, o ativo é caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas, e o Pronunciamento Técnico requer que a entidade reconheça um ajuste para perdas por desvalorização.

De acordo com as disposições do referido CPC, a entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, observando por meio de fontes externas e internas. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.



Em 31 de dezembro de 2020, verificou-se a necessidade de se fazer ajustes contábeis, não com base em desvalorização dos ativos, mas com base na capacidade de proporcionar benefícios para a empresa, como no caso dos ativos relacionados à Ferrovia Norte Sul e à Ferrovia de Integração Oeste Leste, especificamente relativos ao trecho subconcedido conforme o Edital de Concorrência Internacional nº 01/2020.

Essa redução patrimonial não altera a continuidade operacional da VALEC, conforme Nota 1, visto ser uma empresa pública dependente da União (única acionista) e das políticas públicas traçadas pelo Ministério da Infraestrutura. Seu planejamento financeiro de longo prazo é vinculado ao planejamento orçamentário, por meio do Plano Plurianual de 2020 – 2023, aprovados nos termos da Lei 13.971, de 13 de dezembro de 2019, e das políticas governamentais.

#### a) Teste de Recuperabilidade da Ferrovia Norte Sul (FNS)

Devido à falta de benefício futuros para a VALEC durante os prazos contratuais das subconcessões da FNS, conforme descritos na Nota 8-II, foram provisionados como perda ao valor recuperável os seguintes itens do ativo imobilizado:

BENS FERROVIA NORTE SUL	31/12/2020	31/12/2019
Estudos e Projetos - FNS (1)	0	(53.392.000)
Implantação – Ferrovias - FNS (2)	(49.144.520)	(356.887.041)
Ativos de Concessão Imóveis – Ferrovias - FNS (3)	(12.221.663.667)	(11.777.782.770)
CMT Lei 8.200/91- FNS (4)	(283.968)	0
Depreciação Acumulada das Ferrovias - FNS (5)	916.675.783	916.675.783
<b>TOTAL DA PROVISÃO PARA PERDA AO VALOR RECUPERÁVEL (6)</b>	<b>(11.354.416.372)</b>	<b>(11.271.386.028)</b>

Onde,

- (1) Estudos e Projetos – nessa conta são registrados os custos dos estudos e projetos da Ferrovia Norte Sul, referente aos contratos ainda não encerrados;
- (2) Implantação - Ferrovias – representam os custos incorridos sobre os contratos ainda não encerrados da Ferrovia Norte-Sul;
- (3) Ativos de Concessão Imóveis - Ferrovias – representam todos os custos das ferrovias subconcedidas nos Trecho compreendido entre Açailândia/MA e Palmas/TO; e Porto Nacional/TO a Estrela D’oeste/SP referentes aos contratos já encerrados;
- (4) CMT Lei 8.200/91- FNS (4) – Correção monetária dos insumos/serviços da FNS adquiridos antes da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que revoga a correção monetária das demonstrações financeiras;
- (5) Depreciação Acumulada das Ferrovias ocorrida até a data da provisão (data da assinatura dos contratos de subconcessão);
- (6) O valor total da provisão é de R\$ 11,3 bilhões, sendo que R\$ 2,3 bilhões foram provisionados em exercícios anteriores, por se tratar do Trecho da Ferrovia Norte-Sul subconcedido em 2007 para a empresa FNS S/A, R\$ 8,9 bilhões foram provisionados no exercício de 2019, por ocasião da subconcessão à Rumo malha Central S/A ocorrida nesse ano e R\$ 83,1 milhões, referente a entrada de custos Ferrovia Norte Sul, foram provisionados no exercício de 2020.

#### b) Teste de Recuperabilidade da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL)

Os custos da FIOL foram segregados por trechos: FIOL I (Ilhéus/BA – Caetitê/BA) e FIOL II (Caetitê/BA – Barreiras/BA) e confirmados pela Superintendência de Projetos, Pesquisas e Custos de Engenharia (SUPRO), pelo Ofício nº 89/2021/SUPRO-VALEC/DIREM-VALEC, de 29 de abril de 2021 e pela Superintendência de Empreendimentos e Desenvolvimentos (SUDEM), por meio do Ofício nº 154/2021/GGIME-VALEC/SUDEM-VALEC/DIREM-VALEC, em 01 de julho de 2021:

FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE LESTE	31/12/2020	31/12/2019
Estudos e Projetos FIOL I	3.487.596	3.487.596
Implantação – Ferrovias – FIOL I	3.502.693.135	3.447.883.376
<b>CUSTO TOTAL FIOL I (Ilhéus/BA a Caetitê/BA)</b>	<b>3.506.180.731</b>	<b>3.451.320.972</b>
Estudos e Projetos FIOL II	640.740	640.740
Implantação – Ferrovias – FIOL II	1.772.396.891	1.497.825.227
<b>CUSTO TOTAL FIOL II (Caetitê/BA a Barreiras/BA)</b>	<b>1.773.037.631</b>	<b>1.498.465.967</b>
<b>CUSTOS DA FIOL</b>	<b>5.279.218.362</b>	<b>4.949.786.939</b>

O Valor Presente, com data base maio de 2021, das receitas de outorga previstas na concessão da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) – EF-334 - trecho denominado FIOL I, realizada por meio do Edital de Concorrência Internacional nº01/2020, foi calculado pela Superintendência de Negócios da VALEC e evidenciado por meio do Ofício nº 6/2021/SUNEG-VALEC/DINEG-VALEC, em 09 de junho de 2021.

Os valores de outorgas utilizados no cálculo foram obtidos no estudo de viabilidade que amparou a referida licitação. O estudo de viabilidade é referencial e não vinculativo ao instrumento convocatório da licitação e referenciado à data-base de outubro/2018, devidamente atualizados monetariamente.

Os valores previstos como receita variável, calculado na proporção de 3,43% do faturamento bruto previsto para a subconcessão, podem se diferenciar do valor real auferido durante o andamento efetivo da subconcessão. A taxa de desconto utilizada para trazer a valor presente o fluxo de recebimentos previstos para a VALEC (outorga), ao longo da vigência do contrato da FIOL, foi a taxa WACC utilizada no estudo de viabilidade que balizou a subconcessão, qual seja: 11,04% a.a., em termos reais.

Foi considerado, no fluxo de recebimentos da VALEC, o valor da proposta vencedora do certame realizado no mês de abril/2021, R\$ 32,7 milhões.

TESTE DE RECUPERABILIDADE – FIOL I	31/12/2020	31/12/2019
Estudos e Projetos – FIOL I (1)	(3.487.596)	(3.487.596)
Implantação – Ferrovias - FIOL (2)	(3.502.693.135)	(3.447.883.376)
Valor de Recuperação data base maio/2021 (3)	260.243.475	260.243.475
<b>TOTAL DA PROVISÃO PARA PERDA AO VALOR RECUPERÁVEL (4)</b>	<b>(3.245.937.256)</b>	<b>(3.191.077.497)</b>

Onde,

- (1) Estudos e Projetos – nessa conta são registrados os custos dos estudos e projetos da Ferrovia de Integração Oeste Leste referentes ao Trecho denominado FIOL I;
- (2) Implantação - Ferrovias – representam os custos de obras incorridos sobre os contratos da FIOL I;
- (3) Valor de Recuperação da FIOL I considerando a data base maio de 2021, conforme cálculos desenvolvidos pela SUNEG, com base nas premissas contratuais e no estudo de viabilidade;
- (4) Valor total da provisão para perda ao valor recuperável dos ativos relacionados à FIOL I é de R\$ 3,24 bilhões, sendo provisionados R\$ 3,19 bilhões em 2019 (reapresentado) e R\$ 54,8 milhões em 2020.

Os ativos relacionados aos trechos da Ferrovia de Integração Oeste Leste, denominados de FIOL II não sofreram teste de recuperabilidade de ativos, por estarem em fase de obras em andamento, sem indícios de perdas.

## NOTA 10 – INTANGÍVEL

INTANGÍVEL	SALDO EM				SALDO EM		TAXA
	31/12/2019	ENTRADAS	BAIXAS	TRANSF.	31/12/2020	AMORTIZ. (%)	
Direito de Uso de Comunicação	139.790	0	0	0	139.790	-	
Softwares	14.790.286	433.984	(3.795.800)	0	11.428.470	20	
(-) Amortizações Acumuladas	(7.740.188)	(2.842.603)	3.706.960	0	(6.875.831)	-	
<b>Total Intangíveis</b>	<b>7.189.888</b>	<b>(2.408.619)</b>	<b>(88.840)</b>	<b>0</b>	<b>4.692.429</b>		

Os Direitos de uso de Comunicação são direitos junto às empresas de telefonia que estão sendo reclamados pela VALEC.

Os “Softwares” são amortizados ao longo de sua vida útil estimada em 05 anos.

Anualmente, é realizado o inventário dos intangíveis da VALEC e testado sua servibilidade. Os intangíveis que se apresentarem como inservíveis são doados ou baixados do sistema patrimonial bem como da contabilidade.

Em 12 de abril de 2021, a Superintendência de Tecnologia da Informação elaborou o Laudo de Avaliação nº 9/2021/SUPTI/DIRAF com data base em 31 de dezembro de 2020, sobre os softwares que compõem os ativos intangíveis da VALEC. Conforme descrito no Laudo, após o processo de análise e reavaliação houve redução de R\$ 3,7

milhões no valor histórico dos softwares, orientando a baixa de 12 softwares que já atingiram sua vida útil dentro da empresa.

## NOTA 11 - COMPROMISSOS A CURTO PRAZO

### a) Fornecedores

FORNECEDORES	31/12/2020	31/12/2019
Saldo anterior	27.299	3.077.451
Reconhecimento de obrigações	362.334.999	612.283.787
Pagamento de fornecedores	(362.362.298)	(612.256.488)
Transferência para não circulante	0	(3.077.451)
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>27.299</b>

O saldo da conta de “Fornecedores” compreende as obrigações com prestadores de serviços e fornecedores de materiais à VALEC. No ano de 2020, todos os fornecedores em aberto foram pagos assim como as desapropriações.

### b) Desapropriações a pagar

DESAPROPRIAÇÕES	31/12/2020	31/12/2019
Saldo anterior	0	10.263
Reconhecimento de obrigações	7.073.844	11.496.948
Pagamento aos expropriados	(7.073.844)	(11.496.948)
Baixa de obrigações	0	(10.263)
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

O saldo da conta Desapropriações a Pagar compreende as obrigações com expropriados advindos dos processos de desapropriações.

### c) Provisão para Férias e Encargos

PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS	31/12/2020	31/12/2019
RFFSA	1.962.863	2.019.727
GEIPOT	673.040	670.028
VALEC	12.039.681	8.934.840
<b>TOTAL</b>	<b>14.675.584</b>	<b>11.624.595</b>

A VALEC, a partir da Lei nº 11.772, de 17 de setembro 2008, passou a ser também responsável pelo quadro de pessoal das extintas empresas: Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA e Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT. As despesas com férias e os encargos são provisionadas conforme demonstrativos emitidos, mensalmente, pela Superintendência de Gestão de Pessoas (SUGEP).

Para cálculo da provisão de férias é considerado o salário do período de gozo de férias mais o adicional de 1/3.

## NOTA 12 - COMPROMISSOS A LONGO PRAZO

### a) Depósitos Retidos sobre Fornecedores

DEPÓSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES	31/12/2020	31/12/2019
Saldo anterior	38.483.270	37.274.536
Retenções sobre fornecedores	179.25	1.296.680
Baixa de depósitos	(136.032)	(87.946)
Pagamento de Obrigações	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>38.526.493</b>	<b>38.483.270</b>

A conta “Depósitos Retidos de Fornecedores” registra as retenções contratuais sobre pagamentos a fornecedores e outras retenções como glosas por determinações dos Órgãos de Controle. As baixas que ocorreram referem-se aos contratos encerrados e não reclamados administrativamente.

#### **b) Provisões de Ações Cíveis e Trabalhistas**

A companhia é responsável por ações trabalhistas e cíveis impetradas contra VALEC e as extintas empresas Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA e Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOP. Os valores dos processos judiciais classificados como obrigações presentes e com “prováveis” saídas futuras de recursos financeiros apresentaram a seguinte movimentação em 2020:

<b>AÇÕES</b>	<b>SALDO EM 31/12/2019</b>	<b>INGRESSO</b>	<b>ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA</b>	<b>BAIXA</b>	<b>BAIXA AT. MONET.</b>	<b>SALDO EM 31/12/2020</b>
Cíveis	895.157.412	765.746.795	1.085.845.028	(1.026.747.735)	(1.055.055.872)	664.945.628
Trabalhistas	115.838.144	130.758.823	130.243.050	(109.896.171)	(165.758.755)	101.185.091
<b>SALDO</b>	<b>1.010.995.556</b>	<b>896.505.618</b>	<b>1.216.088.078</b>	<b>(1.136.643.906)</b>	<b>(1.220.814.627)</b>	<b>766.130.719</b>
<b>Cíveis (Curto Prazo)</b>						<b>250.054.533</b>
<b>Trabalhistas (Curto Prazo)</b>						<b>40.917.233</b>
<b>Cíveis (Longo Prazo)</b>						<b>414.891.095</b>
<b>Trabalhistas (Longo Prazo)</b>						<b>60.267.858</b>

O montante referente às ações trabalhistas compõe-se de valores das causas peticionadas no processo e da atualização monetária com base na Tabela Única de Atualização e Conversões de Débitos Trabalhistas, expedidas pelo Conselho do Poder Judiciário da Justiça do Trabalho, bem como de juros de 1% ao mês. E para as ações cíveis, a atualização monetária é baseada na Tabela de Correção Monetária da Justiça Federal e juros simples de 0,5% ao mês.

As provisões para contingências são contabilizadas, com base na posição da Procuradoria Jurídica, a qual é formulada na análise técnica individual dos advogados, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões classificadas como perdas possíveis pela Procuradoria Jurídica são divulgadas com base na perda histórica, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão e divulgação.

Em 2020, as despesas com provisões com contingências judiciais cíveis e trabalhistas somaram R\$ 896,5 milhões, sendo R\$ 765,7 milhões com provisões cíveis e R\$ 130,7 milhões com provisões trabalhistas, enquanto as reversões de provisões somaram no mesmo período R\$ 1,1 bilhões. Essas alterações são resultado do trabalho de aperfeiçoamento nas metodologias de classificação de riscos pela Procuradoria Jurídica da VALEC, com base no Parecer 231/2019.

No mês de março de 2021, foi divulgado a 1ª Instrução Normativa – PROJUR/VALEC, na qual regulamenta a Norma de Provisões e Contingências Judiciais na VALEC, sua vigência será a partir de novembro de 2021, essa Instrução Normativa trata inclusive da valoração das ações, as quais passarão a ser com base no desenvolvimento do processo.

A partir do exercício de 2020, as provisões foram classificadas em curto e longo prazo. Essa classificação poderá sofrer alterações devido às mudanças de critérios de mensuração das provisões, conforme descrita no parágrafo anterior.

#### **i) Contingências Cíveis:**

Em relação aos processos cíveis, tem-se que as temáticas mais recorrentes são as de Ações Indenizatórias ou Ações de Cobrança, as quais dizem respeito, notadamente, no primeiro caso a indenizações por danos supostamente causados aos imóveis dos autores pela construção da ferrovia e quanto às de cobrança, às questões contratuais mais diversas, desde cobranças de medições de contratos, requerimento de valores supostamente não pagos em execuções contratuais, cobrança de reajustes, questionamentos de glosas e outros.

ii) Contingências Trabalhistas:

As ações judiciais denominadas de reclamações trabalhistas constituem controvérsias entre os sujeitos da relação de trabalho, frequentemente empregador e empregado, submetidas à resolução jurisdicional. No âmbito da VALEC, esses processos são divididos em dois grandes grupos: o primeiro, formado por empregados efetivos que geralmente demandam o judiciário em razão de algum direito trabalhista específico ou supostos descumprimentos do Plano de Cargos e Salários a que se vinculam; e o segundo, por empregados das empresas que mantêm ou mantiveram contratos de fornecimento de mão de obra com a VALEC. Nestes últimos, a VALEC é demandada de forma subsidiária.

A temática de responsabilidade subsidiária trabalhista é a mais recorrente no universo quantitativo e diz respeito ao descumprimento, pelas Contratadas da VALEC, das obrigações trabalhistas em face aos seus próprios empregados mobilizados para prestação de serviços em contratos firmados com a Estatal, implicando na inclusão da VALEC como responsável subsidiariamente no polo passivo dessas demandas judiciais.

Além do quadro dito VALEC, a Estatal sucedeu ao longo dos anos obrigações de empresas extintas, como GEIPOT e RFFSA, absorvendo o quadro de pessoal dessas empresas que passaram a compor, dentro das suas particularidades, também o seu quadro efetivo. Necessário explicar que, quando da extinção da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT), a transferência dos seus empregados ao quadro especial da VALEC ocorreu por força do artigo 26 da Lei nº 11.772/2008, que previu a vedação de comunicação aos planos de cargos e salários da VALEC. Embora pacificada na legislação, a questão foi objeto de diversas judicializações face à Estatal, que se amparava nos ditames legais para lograr êxito no judiciário. Ademais, os empregados do extinto GEIPOT também ingressaram com outros pleitos, muitos deles já arquivados, dos quais destacam-se os de incorporação de gratificação, cessão de empregados, plano de saúde e cumprimento do Plano de Cargos e Salários.

Quanto à Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), a alteração do contrato de trabalho com a sucessão trabalhista se deu por força da Lei nº 11.483/2007 e as principais judicializações dessa categoria contemplam pedidos para manutenção dos empregados nas cidades em que laboravam à época da Inventariança. Ademais, também foram propostas ações requerendo equiparação salarial aos empregados da VALEC. De igual modo à legislação aplicada ao GEIPOT, há óbice nas demandas apresentadas em razão do disposto no §2º, art. 17 da Lei nº 11.483/2007, que veda a comunicação dos Planos de Cargos e Salários da VALEC.

Conforme Item nº 86 do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; “a entidade deve divulgar para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente...”. Assim, os processos judiciais impetrados contra a VALEC, a extinta RFFSA e o GEIPOT, classificados pela Assessoria Jurídica como obrigações “possíveis”, não foram contabilizados, apenas divulgados em Nota Explicativa.

Os processos judiciais classificados com “possível” risco de perda, apresentaram os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2020:

<b>VARAS</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Cíveis	988.680.208	482.357.782
Trabalhistas	33.362.819	42.976.936
<b>SALDO</b>	<b>1.022.043.027</b>	<b>525.334.718</b>

Os valores classificados como possíveis “superfaturamentos” ou “sobrepços” levantados por Tomadas de Contas Especiais do Tribunal de Contas da União, divulgados nas notas explicativas de anos anteriores, foram desconsiderados para fins de divulgação nestas Notas, devido ao reconhecimento da perda pelo valor recuperável após a subconcessão da Ferrovia Norte Sul.

**c) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC**

Os Adiantamentos para futuros aumentos de capital são compostos de recursos, oriundos do Orçamento Geral da União, nos exercícios de 2018 a 2020, na categoria Investimento, e sua utilização destinou-se à construção das

Ferrovias Norte-Sul EF-151, Extensão Sul, Ferrovia Integração Oeste-Leste EF-334 (FIOL) e Ferrovia Integração Centro-Oeste EF-354 (FICO).

Conforme o Decreto nº 8.945 de 27 de dezembro de 2016, a atualização monetária pela taxa SELIC não incide mais sobre os valores aportados a partir de 01 de janeiro de 2017, entretanto, a atualização permanece sobre os saldos dos recursos anteriores a 31 de dezembro de 2016 até a sua efetiva integralização ao capital social da VALEC, que ocorreu em agosto de 2019 conforme aprovação da 72ª Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 22 de agosto de 2019. Desse modo, os aportes a título de AFAC realizados a partir de 2017 são registrados na conta de AFAC do Patrimônio Líquido.

A movimentação de AFAC no ano de 2020 foi:

AFAC – PNC	31/12/2020	31/12/2019
Saldo anterior	0	65.964.185
Integralização	0	(68.610.549)
Atualização Monetária	0	2.646.364
<b>TOTAL AFAC Passivo Não Circulante (1)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
AFAC – PL	31/12/2020	31/12/2019
Saldo anterior	568.674.563	716.411.248
Ingressos	335.415.344	541.342.128
Integralização	0	(689.078.813)
Devolução de AFAC	(600.000)	0
<b>TOTAL AFAC Patrimônio Líquido (2)</b>	<b>903.489.907</b>	<b>568.674.563</b>
<b>TOTAL GERAL AFAC (1+2)</b>	<b>903.489.907</b>	<b>568.674.563</b>
FORMAÇÃO DO SALDO DO AFAC		
Recursos recebidos em 2018 (aplicados em 2019)		27.332.435
Recursos recebidos em 2019		541.342.128
Recursos recebidos em 2020		334.815.344
<b>TOTAL AFAC EM 31/12/2020</b>		<b>903.489.907</b>

Após aprovação dessas demonstrações, a VALEC irá solicitar à Assembleia Geral a autorização para integralização do AFAC ao capital social.

### NOTA 13 – RECEITA A DIFERIR

#### Receita a Diferir – Pátios e Terminais

A conta Receita a Diferir – Pátios e Terminais expressa os valores contratados, conforme contratos de Permissão para Uso dos Pátios e Terminais da VALEC. Como são de longo prazo (15 anos), em atendimento ao regime de competência, os contratos são reconhecidos como Receita a Diferir, no passivo, para diferimento mensal no resultado (receita operacional) conforme o prazo contratual.

Em 2020, as contas de Receita a Diferir – Pátios e Terminais, de curto e longo prazo, apresentaram os seguintes movimentos:

ADIANTAMENTO DE CLIENTES	31/12/2020	31/12/2019
Saldo anterior	26.556.382	30.532.868
Novas permissões	1.050.000	0
Reconhecimento da receita	(1.963.548)	(3.976.486)
<b>TOTAL</b>	<b>25.642.834</b>	<b>26.556.382</b>
<b>Receita a Diferir Pátios e Terminais – Circulante</b>	<b>2.271.695</b>	<b>1.807.993</b>
<b>Receita a Diferir Pátios e Terminais – Não Circulante</b>	<b>23.371.139</b>	<b>24.748.389</b>

**NOTA 14 – DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS**

O Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, o qual é reconhecido inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e ajustado pela taxa dos respectivos contratos; e um passivo de arrendamento que representa sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento, mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos.

Para fins adesão aos preceitos da regra contábil, a VALEC realizou análise de seus contratos de locação vigentes em 2020, ficando evidenciado contratos de locação de imóveis e veículos, com período contratual superior a 12 meses, considerando a possibilidade de renovação, que obedecem aos critérios para mensuração, reconhecimento e registro de contratos de arrendamento.

A conta “Direito de Uso de Veículos” trata-se de direitos estabelecidos em contratos de locação de veículos para utilização na sede e nos trechos em obras da VALEC. Já a conta “Direito de Uso de Imóvel” trata-se de direitos com origem em contratos de locação de imóveis que, após análise nos contratos, verificou-se que somente o contrato de locação do imóvel onde se encontra a sede da empresa preenche os requisitos estabelecidos no CPC 06 (R2).

Todos os contratos classificados como arrendamentos possuem vigência acima de 12 meses, ou com possibilidade de renovação.

DIREITO DE USO	VALOR CONTRATUAL	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	SALDO LÍQUIDO EM 31/12/2020
Direito de Uso de Veículos	3.063.000	(470.300)	2.592.700
Direito de Uso de Imóveis	33.075.032	(29.623.078)	3.451.954
<b>TOTAL DIREITO DE USO</b>	<b>36.138.032</b>	<b>(30.093.378)</b>	<b>6.044.654</b>

As obrigações contratuais a pagar referente a contratos de locação de veículos e imóveis classificados como contratos de arrendamentos como base na vigência do contrato, em conformidade com o CPC 06 (R2) apresentam a seguinte movimentação em 2020:

PASSIVO DE ARRENDAMENTO	SALDO LÍQUIDO EM 31/12/2019	NOVOS CONTRATOS/ REAJUSTES	DESCONTOS OBTIDOS	PAGAMENTOS EFETUADOS	SALDO LÍQUIDO EM 31/12/2020
Passivo de Arrendamento de Veículos	0	3.063.000	(6.441)	(463.859)	2.592.700
Passivo de Arrendamento de Imóveis	13.073.543	(2.915.214)	0	(6.706.375)	3.451.954
<b>Passivo Circulante</b>	<b>7.470.596</b>				<b>4.064.554</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>5.602.947</b>				<b>1.980.100</b>

**NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital Social**

O Capital Social, após a integralização de capital, Conforme Ata da 72ª Assembleia Geral Extraordinária de 22 de agosto de 2019, totaliza R\$ 22.233.502.272 e é composto de 8.090.009 ações ordinárias, sem valor nominal, no qual a União é detentora de 100% dessas ações.

CAPITAL SOCIAL	31/12/2020	31/12/2019
Saldo anterior	22.233.502.272	21.475.812.910
Aumento do capital pela integralização do AFAC	0	757.689.362
<b>TOTAL</b>	<b>22.233.502.272</b>	<b>22.233.502.272</b>

**b) Prejuízos Acumulados**

O Prejuízo Acumulado no valor de R\$ 20,3 bilhões decorre das depreciações dos bens patrimoniais e amortizações dos bens intangíveis; dos efeitos inflacionários da atualização monetária dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital; da constituição de provisões e atualizações monetárias; do resultado negativo da equivalência patrimonial sobre o investimento na Transnordestina Logística S/A; da baixa de ativos imobilizados em decorrência da conclusão de Tomadas de Contas Especiais do TCU; e principalmente, pela provisão de perda ao valor recuperável dos ativos da Ferrovia Norte Sul e da Ferrovia de Integração Oeste Leste, conforme descritos na Nota 9-IV.

O valor total da provisão para perda ao valor recuperável de ativos – FNS é de R\$ 11,3 bilhões, sendo que R\$ 2,3 bilhões foram provisionados em exercícios anteriores a 2019, por se tratar do Trecho da Ferrovia Norte-Sul subconcedido em 2007 para a empresa FNS S/A, R\$ 8,9 bilhões foram provisionados no exercício de 2019, por ocasião da subconcessão à Rumo Malha Central S/A ocorrida em Julho de 2019 e R\$ 42,4 milhões, referente a entrada de custos Ferrovia Norte Sul, foram provisionados no exercício de 2020.

O valor total da provisão para perda ao valor recuperável de ativos – FIOL é de R\$ 3,24 bilhões, sendo provisionados R\$ 3,19 bilhões em 2019 (reapresentado) e R\$ 54,8 milhões em 2020.

**NOTA 16 – RECEITAS LÍQUIDAS**

As receitas operacionais da VALEC compreendem as receitas de exploração da ferrovia e as receitas de permissões de uso de pátios. A receita líquida realizada em 2020 foi de R\$ 1.540.490.

RECEITAS LÍQUIDAS	31/12/2020	31/12/2019
Exploração de ferrovia	20.909	69.896
Permissão de uso de pátios	1.963.548	3.976.486
Impostos (-)	(443.967)	(401.901)
<b>TOTAL</b>	<b>1.540.490</b>	<b>3.644.481</b>

**NOTA 17 - DESPESAS OPERACIONAIS**

**a) Despesas com Pessoal**

DESPESAS COM PESSOAL	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração (Salários, gratificações, 13º salário e férias)	(78.918.075)	(95.063.925)
Encargos Sociais (INSS, FGTS e Prev. Complementar)	(30.161.739)	(31.507.110)
Benefícios (transporte, creche, saúde e alimentação)	(10.028.151)	(12.151.885)
<b>Total das Despesas com Pessoal</b>	<b>(119.107.965)</b>	<b>(138.722.920)</b>
Quantidade de Funcionários em dezembro de 2020	665	666

**b) Gerais e Administrativas**

As Despesas Gerais e Administrativas totalizaram o valor de R\$ 20,8 milhões.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	31/12/2020	31/12/2019
Sentenças e Depósitos judiciais	(3.704.392)	(7.736.149)
Material de Expediente e Combustíveis	(245.871)	(654.381)
Assessoria, Consultoria, Locação de mão-de-obra, limpeza e vigilância	(15.516.229)	(44.817.475)
Locação de Imóveis e Equipamentos	(790.843)	4.080.467
Energia, Água e Telecomunicações	(173.245)	(322.596)
Impostos e Taxas	(251.298)	(123.539)
Ajuste para Perdas Estimadas	0	(12.399.915)
Baixa de Ativos	(132.240)	(19.164.190)
<b>TOTAL</b>	<b>(20.814.118)</b>	<b>(81.137.778)</b>



As despesas de locação foram sensibilizadas pela adoção do CPC – 06 (R2), conforme Nota 14.

#### NOTA 18 – OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

A rubrica “Outras Receitas/Despesas Operacionais” apresentou o valor de R\$ 174,5 milhões e compreende as provisões para contingências e suas reversões, Termo de Execução Descentralizada (TED), a baixa de depósitos retidos de fornecedores, doações/transferências recebidas, multas administrativas, baixa de ativos imobilizados e intangíveis e resultado da equivalência patrimonial sobre o investimento da VALEC em outra companhia.

Com base em informações da Assessoria jurídica da VALEC, foram efetuadas as atualizações dos passivos contingenciais referentes às ações trabalhistas e cíveis impetradas contra a VALEC, a Extinta Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA e a Extinta Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT, conforme Nota 12b.

OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS	31/12/2020	31/12/2019 Reclassificado
Provisão para Contingências (Nota 12b)	(2.112.593.697)	(72.373.368)
Reversão de provisões para contingências (Nota 12b)	2.357.458.534	49.609.485
Termo de Execução Descentralizada (TED) (Nota 5c1)	5.731.504	2.586.861
Baixa de passivos (desapropriação, fornecedores e depósitos retidos de fornecedores)	532.545	98.209
Doações/Transferências	18.551.962	14.534.223
Multas administrativas (Nota 5c2)	5.900.208	12.382.821
Baixa de Ativos – Imobilizado e Intangível (Nota 9)	(573.773)	(127.593.280)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(23.952.269)	(17.600.474)
<b>TOTAL</b>	<b>251.055.014</b>	<b>(138.355.523)</b>

No 1º trimestre de 2020 houve o recebimento parcial de R\$ 5,9 milhões da multa contratual aplicada administrativamente sobre o contrato 016/2017 firmado entre a VALEC e a AZVI S.A DO BRASIL.

Em 2020, foi considerado como receita de doação, o empréstimo de trilhos pelo DNIT no valor de R\$ 18, 5 milhões.

Conforme Nota 8b, o resultado com equivalência patrimonial negativo refere-se à participação acionária significativa na companhia Transnordestina Logística S/A, o qual totalizou R\$ 23.952.269, no exercício de 2020.

RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	31/12/2020
Resultado de Equivalência Patrimonial Negativo – 1º tri/2020	(5.239.791)
Resultado de Equivalência Patrimonial Negativo – 2º tri/2020	(9.629.548)
Resultado de Equivalência Patrimonial Negativo – 3º tri/2020	(5.204.601)
Resultado de Equivalência Patrimonial Negativo – 4º tri/2020	(3.878.329)
<b>TOTAL</b>	<b>(23.952.269)</b>

#### NOTA 19 – RECEITAS FINANCEIRAS

RECEITAS FINANCEIRAS	31/12/2020	31/12/2019
Atualização Monetária – Crédito a receber	0	8.353
Outros Juros e encargos de mora	0	0
Juros e encargos de mora sobre receitas	40.079	0
Atualização Monetária dos Contratos de Permissão de Uso de Pátios (Nota 7)	4.950.720	1.644.410
<b>TOTAL</b>	<b>4.990.799</b>	<b>1.652.763</b>

As receitas financeiras da VALEC são provindas das atualizações monetárias sobre processos administrativos impetrados contra fornecedores e dos direitos a receber sobre os Contratos de Permissões de Uso de Pátios.

**NOTA 20 - DESPESAS FINANCEIRAS**

DESPESAS FINANCEIRAS	31/12/2020	31/12/2019 Reclassificado
Juros sobre AFAC (Nota 12c)	0	(2.646.364)
Multas e Juros	(377)	(1.609)
<b>TOTAL</b>	<b>(377)</b>	<b>(2.647.973)</b>

Conforme determina o Decreto nº 2.673 de 16 de julho de 1998, sobre os valores do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC aportados até 31 de dezembro de 2016 incidiam a atualização monetária pela taxa SELIC. No entanto, conforme o Decreto nº 8.945 de 27 de dezembro de 2016, essa atualização monetária não incide mais sobre os valores aportados a partir de janeiro de 2017, a atualização permanece somente sobre os saldos dos recursos anteriores até a sua efetiva integralização ao capital social da VALEC, que ocorreu em agosto de 2019 conforme aprovação da 72ª Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 22 de agosto de 2019.

**NOTA 21 – SUBVENÇÃO DO TESOURO NACIONAL – REPASSE PARA CUSTEIO E PESSOAL**

A subvenção para custeio e pessoal repassada à VALEC pela Secretaria do Tesouro Nacional totalizou R\$ 135.400.025.

EMPRESA	PESSOAL	CUSTEIO	31/12/2020	31/12/2019
VALEC	77.722.453	27.575.306	105.297.759	173.715.089
Extinta RFFSA	22.321.554	1.843.611	24.165.165	29.651.826
Extinto GEIPOT	5.058.863	878.238	5.937.101	7.720.182
<b>Total Geral</b>	<b>105.102.870</b>	<b>30.297.155</b>	<b>135.400.025</b>	<b>211.087.097</b>

No encerramento do exercício de 2020, a VALEC devolveu para o Ministério da Infraestrutura, como órgão vinculado, o saldo remanescente de custeio e pessoal, conforme determina o art. 4º § 2º do Decreto nº 10.249/2020. O valor devolvido referente aos recursos recebidos durante o exercício e não utilizados foi de R\$ 2,7 milhões, sendo R\$ 716 mil de pessoal e R\$ 1,98 milhões de custeio.

**NOTA 22 – RESULTADO DO EXERCÍCIO**

No exercício de 2020, a VALEC apresentou um resultado positivo de 92,4 milhões, influenciado principalmente pela reversão de provisões para contingências judiciais, resultado negativos de equivalência patrimonial e pela provisão de perda ao valor recuperável de ativos – FNS e FIOL I.

**NOTA 23 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA**

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA que tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela companhia e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta os insumos recebidos de terceiros (aquisições de materiais, energia elétrica, serviços de terceiros e outros); a depreciação e a amortização; e o valor adicionado recebido em transferência (receitas de aluguéis, receitas financeiras e subvenções governamentais para custeio). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, despesas financeiras, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

**NOTA 24 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As informações complementares são informações que não são apresentadas nas demonstrações contábeis, mas que são consideradas relevantes para divulgação.

**I - Transações com partes relacionadas**

**a) Remuneração de Diretores, Empregados e Comissionados**

As remunerações médias pagas aos diretores, aos empregados e aos comissionados, em dezembro de 2020, foram de:

REMUNERAÇÃO	MAIOR	MENOR	MÉDIA
Diretores	26.243	26.008	26.067
Empregados	26.037	3.054	9.408
Comissionados	23.450	4.324	15.144

O total da remuneração dos administradores na Demonstração do Resultado do Exercício, no valor de R\$ 1,5 milhão, contempla a remuneração paga aos diretores e conselheiros.

**b) Recursos Recebidos para Pagamento de Investimento, Pessoal e Custeio**

Os recursos recebidos da União (Cotas Financeiras Recebidas e Cotas Financeiras de Restos a Pagar Recebidas), em 2020, para pagamentos de investimentos, despesas com pessoal e custeio estão descritos abaixo:

Recursos recebidos para pagamento de investimento, pessoal e custeio	31/12/2020	31/12/2019
Custeio	30.297.155	67.708.638
Pessoal	105.102.870	143.378.459
Investimento	334.815.343	541.342.128
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>470.215.368</b>	<b>752.429.225</b>

**c) Aplicação dos Recursos**

Por meio da Dotação Orçamentária de 2020, com base no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), foram aplicados os seguintes recursos:

LOA	DOTAÇÃO 2020	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
Custeio	52.959.526	45.756.953	22.117.845	21.734.464
Pessoal e encargos	120.255.077	112.991.149	100.291.574	93.625.360
Investimento	452.529.052	421.408.153	189.764.449	188.856.761
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>625.743.655</b>	<b>580.156.255</b>	<b>312.173.868</b>	<b>304.216.585</b>

Em 2020, os recursos aplicados, segundo o SIOP, provindos de Restos a Pagar (RP), foram:

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR	LIQUIDADO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	LIQUIDADO NO EXERCÍCIO	CANCELADOS	PAGO
Custeio	19.280.698	274.796	9.973.170	1.805.985	10.243.964
Pessoal e encargos	8.886.102	8.340.655	386.467	158.980	8.727.122
Investimento	207.810.737	41.855.959	111.724.344	13.602.298	111.546.206
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>235.977.537</b>	<b>50.471.410</b>	<b>122.083.981</b>	<b>15.567.264</b>	<b>130.517.292</b>

## **NOTA 25 - EVENTOS SUBSEQUENTES**

Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 24 – Eventos Subsequentes – aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – NBC TG 24 (R1), evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.

Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- (a) os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações contábeis; e
- (b) os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis.

Eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis incluem todos os eventos ocorridos até a data em que é concedida a autorização para a emissão das demonstrações contábeis. A entidade não deve ajustar os valores reconhecidos em suas demonstrações contábeis por eventos subsequentes que são indicadores de condições que surgiram após o período contábil a que se referem as demonstrações.

Em 08 de abril de 2021, ocorreu o Leilão para subconcessão do trecho ferroviário entre os municípios de Ilhéus/BA a Caetité/BA, com 537 km de extensão e terá duração de 35 anos, de acordo com o Edital de Concorrência Internacional nº 01/2020.

Conforme o Cronograma determinado no Edital de Concorrência Internacional nº 01/2020, o Leilão ocorreu em 08 de abril de 2021, no entanto, o Ato de Homologação do leilão pela Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e adjudicação do objeto da Subconcessão à proponente vencedora ocorrerá em 27 de maio de 2021; a Comprovação de atendimento, pela Proponente, das condições prévias à assinatura do Contrato de Subconcessão tem como prazo limite o dia 08 de agosto de 2021; e a Assinatura do Contrato está prevista para 30 de agosto de 2021.

A confirmação pela ANTT do direito da VALEC em auferir receitas do contrato de subconcessão da FIOI I e os eventos de homologação e adjudicação ocorreram após deliberação das demonstrações contábeis de 2019 pelos órgãos de governança, bem como a ressalva apontada pela auditoria independente, a VALEC identificou a necessidade de reconhecer, de forma retrospectiva em suas demonstrações financeiras no exercício de 2019, a provisão para perda ao valor recuperável de ativos, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, bem como o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, conforme descrito nas Notas 3 e 9 IV.

## **NOTA 26 – CONCILIAÇÃO ENTRE A LEI Nº 6.404/76 E A LEI Nº 4.320/64 (NOTA NÃO AUDITADA)**

De acordo com do Acórdão 2016/2006 do Tribunal de Contas Da União, apresenta-se o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados comparativos entre a contabilização conforme preceitos da Lei nº 6.404/76 aplicadas às empresas sociedades anônimas e a Lei nº 4.320/64 aplicada ao setor público.

Os dados para a elaboração das demonstrações conforme a Lei 4.320/64 foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal -SIAFI.

**I – ATIVO**

ATIVO	SOCIETÁRIA	SIAFI	DIFERENÇA
	31/12/2020	31/12/2020	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>42.056.476</b>	<b>40.972.586</b>	<b>1.083.890</b>
Disponível	32.350.978	32.350.978	0
Conta Vinculada	32.350.978	32.350.978	0
<b>Direitos Realizáveis</b>	<b>9.705.498</b>	<b>8.621.608</b>	<b>1.083.890</b>
Adiantamentos Concedidos	677.873	677.873	0
Permissões p/uso de pátios a receber	1.487.338	0	1.487.338 (1)
Créditos tributários a compensar	1.679.580	2.083.028	(403.448) (2)
Outros Créditos a Receber	18.243.528	18.243.528	0
Ajuste p/ Perda Demais Créditos	(12.382.821)	(12.382.821)	0
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>3.701.631.852</b>	<b>17.188.557.862</b>	<b>(13.486.926.010)</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>115.922.885</b>	<b>95.180.754</b>	<b>20.742.131</b>
Depósitos de Cauções	233.338	233.338	0
Depósitos Judiciais	90.154.987	94.901.373	(4.746.386) (3)
Permissões p/uso de pátios a receber	25.488.517	0	25.488.517 (1)
Valores a Receber ( Assist. Médica- Geipot)	46.043	46.043	0
<b>Investimentos</b>	<b>959.800.293</b>	<b>963.678.622</b>	<b>(3.878.329)</b>
Participação Societária - MEP	959.774.015	963.652.344	(3.878.329) (4)
Participação Societária - CUSTO	26.278	26.278	0
<b>Imobilizado</b>	<b>2.615.171.591</b>	<b>16.123.411.948</b>	<b>(13.508.240.357)</b>
Terrenos	404.877.899	404.877.899	0
<b>Geral</b>	<b>11.313.961</b>	<b>11.331.055</b>	
Bens Imóveis	6.324.576	6.324.576	0
Bens Móveis	36.950.427	36.950.427	0
(Redução ao Valor Recuperável - Móveis)	(17.094)	0	(17.094) (5)
(Depreciações Acumuladas -Bens Móveis)	(5.680.648)	(5.680.648)	0
(Depreciações Acumuladas -Bens Imóveis)	(26.263.300)	(26.263.300)	0
<b>FNS - Ferrovia Norte Sul</b>	<b>0</b>	<b>10.221.957.919</b>	
Implantação de Ferrovias - FNS	49.144.521	49.144.521	0
Estudos e Projetos - FNS	0	0	0
Ativo de Concessão Imóveis - FNS	12.221.663.667	12.181.335.579	40.328.088 (6)
CMT Lei 8.200/91 - FNS	283.967	283.967	0
(Redução ao Valor Recuperável - FNS)	(11.354.416.372)	0	(11.354.416.372) (7)
(Depreciações Acumuladas - FNS)	(916.675.783)	(2.008.806.148)	1.092.130.365 (8)
<b>FIOL - Ferrovia de Integração Oeste Leste</b>	<b>2.033.281.106</b>	<b>5.319.546.450</b>	
Implantação de Ferrovias - FIOL	5.275.090.026	5.275.090.026	0
Estudos e Projetos - FIOL	4.128.336	44.456.424	(40.328.088) (6)
(Redução ao Valor Recuperável - FIOL)	(3.245.937.256)	0	(3.245.937.256) (9)
<b>Outros</b>	<b>165.698.625</b>	<b>165.698.625</b>	
Estudos e Projetos - Outros	157.502.969	157.502.969	0
Ativo de Concessão Imóveis - Pátios	9.009.461	9.009.461	0
(Depreciações Acumuladas - Outros)	(813.805)	(813.805)	0
<b>Direito de Uso</b>	<b>6.044.654</b>	<b>0</b>	<b>6.044.654</b>
Direito de Uso de Veículos e Imóveis	36.138.032	0	36.138.032 (10)
(Depreciação Acumulada - Direito de Uso)	(30.093.378)	0	(30.093.378) (10)
<b>Intangível</b>	<b>4.692.429</b>	<b>6.286.538</b>	<b>(1.594.109)</b>
Direito de uso de Comunicação	139.790	139.790	0
Software	11.428.470	20.332.590	(8.904.120) (11)
(Amortizações Acumuladas)	(6.875.831)	(14.185.842)	7.310.011 (11)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>3.743.688.328</b>	<b>17.229.530.448</b>	<b>(13.485.842.120)</b>

**II – PASSIVO**

PASSIVO	SOCIETÁRIA 31/12/2020	SIAFI 31/12/2020	DIFERENÇA
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>318.636.324</b>	<b>21.328.308</b>	<b>297.308.015</b>
Fornecedores	0	0	0
Provisão de 13º salário e férias c/encargos	14.675.584	14.675.584	0
Salários a pagar	5.559.214	5.559.214	0
Encargos a pagar	312.821	312.821	0
Tributos retidos a recolher	295.239	295.239	0
Receita a diferir - Pátios e Terminais	2.271.695	0	2.271.695 (1)
Retenções s/ salários a pagar	485.451	485.451	0
Provisões de Ações Trabalhistas/Cíveis	290.971.766	0	290.971.766 (15)
Passivo de Arrendamento	4.064.554	0	4.064.554 (10)
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>542.347.474</b>	<b>917.685.890</b>	<b>(375.338.416)</b>
Fornecedores	3.077.451	3.077.451	0
Depósitos retidos sobre fornecedores	38.526.493	38.526.493	0
Provisões de Ações Trabalhistas/Cíveis	475.158.953	875.848.609	(400.689.656) (16)
Depósitos de Cauções	233.338	233.338	0
Receita a diferir - Pátios e Terminais	23.371.139	0	23.371.139 (1)
Passivo de Arrendamento	1.980.100	0	1.980.100 (10)
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.882.704.530</b>	<b>16.290.516.250</b>	<b>(13.407.811.720)</b>
Capital Social	22.233.502.272	22.233.502.272	0
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	903.489.907	903.489.907	0
Prejuízos Acumulados	(20.254.287.649)	(6.846.475.929)	(13.407.811.720) (17)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>3.743.688.328</b>	<b>17.229.530.448</b>	<b>(13.485.842.120)</b>

### III – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	SOCIETÁRIA	SIAFI	DIFERENÇA
	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2020 a 31/12/2020	
<b>RECEITAS</b>			
Receita de Exploração da Ferrovia	20.909	1.023.350	(1.002.441) (13)
Permissão para uso de pátios	1.963.548	0	1.963.548 (13)
(-) Deduções de Receita	(443.967)	(443.967)	0
<b>RECEITAS LÍQUIDAS</b>	<b>1.540.490</b>	<b>579.383</b>	<b>961.107</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(300.539.199)</b>	<b>(387.285.377)</b>	<b>86.746.178</b>
Pessoal	(119.107.965)	(119.107.965)	0
Remuneração dos Administradores	(1.526.976)	(1.526.976)	0
Depreciação e Amortização	(8.057.115)	(202.935.233)	194.878.118 (8)
Depreciação Direito de Uso	(7.028.889)	0	(7.028.889) (10)
Gerais e Administrativas	(20.814.118)	(57.601.169)	36.787.051 (12)
Diárias, Passagens e Despesas de Locomoção	(523.750)	(523.750)	0
Transferência Voluntária	(5.590.284)	(5.590.284)	0
Perda ao Valor Recuperável - FNS	(83.030.344)	0	(83.030.344) (7)
Perda ao Valor Recuperável - FIOL	(54.859.759)	0	(54.859.759) (9)
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>251.055.014</b>	<b>159.320.608</b>	<b>91.734.406</b>
Provisão para Contingências	(2.112.593.697)	(895.314.704)	(1.217.278.993) (16)
Reversão de Provisão para Contingências	2.357.458.534	1.063.708.243	1.293.750.291 (16)
Outras receitas	30.716.219	13.181.010	17.535.209 (14)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(23.952.269)	(21.680.168)	(2.272.101) (4)
Baixa de Ativos - Imobilizado e Intangível	(573.773)	(573.773)	0
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(47.943.695)</b>	<b>(227.385.386)</b>	<b>179.441.691</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>4.990.422</b>	<b>(31.121.026)</b>	<b>36.111.449</b>
Receita Financeira	4.990.799	2.125.943	2.864.857 (1)
Despesa Financeira	(377)	(33.246.969)	33.246.592 (16)
<b>RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TESOIRO NACIONAL</b>	<b>(42.953.274)</b>	<b>(258.506.412)</b>	<b>215.553.138</b> (17)
<b>SUBVENÇÕES DO TESOIRO NACIONAL</b>	<b>135.400.025</b>	<b>135.400.025</b>	<b>0</b>
Repasse de Custeio/Pessoal	135.400.025	135.400.025	0
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS S/LUCRO (IR/CSLL)</b>	<b>92.446.752</b>	<b>(123.106.387)</b>	<b>215.553.139</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>92.446.752</b>	<b>(123.106.387)</b>	<b>215.553.139</b>
Prejuízo por ação (em reais)	<b>11,43</b>	<b>(15)</b>	<b>27</b>

- (1) As permissões de uso de pátios e terminais são registradas na contabilidade societária pelo regime de competência, portanto, os direitos a receber sobre os contratos de permissões são contabilizados no ativo circulante e não circulante conforme o vencimento e são corrigidas monetariamente de acordo com as cláusulas contratuais. No SIAFI essas receitas são registradas somente no momento que são recebidas;
- (2) Prescrição de crédito previdenciário reconhecida no SIAFI somente em 2021;
- (3) Devido à correção intempestiva no cálculo da atualização monetária dos depósitos judiciais, somente foram regularizados no SIAFI em 2021;
- (4) Os registros do resultado da equivalência patrimonial sobre o investimento na Transnordestina Logística S/A são registrados no SIAFI intempestivamente, visto que a coligada envia à VALEC suas demonstrações somente após serem auditadas;
- (5) Reconhecimento de provisão para perda ao valor recuperável de bens móveis referem-se a bens furtados, mas que o processo administrativo sancionatório ainda está em tramitação, os registros no SIAFI ocorrerão em 2021;
- (6) Reclassificação efetuada no SIAFI somente em 2021, o contrato pertence à FNS e não à FIOL;
- (7) Reconhecimento da provisão para perda ao valor recuperável dos ativos da FNS foram registrados no SIAFI somente a partir da aprovação dessas demonstrações financeiras pela Assembleia Geral Ordinária em 2021;

- (8) A diferença na depreciação acumulada está relacionada ao reconhecimento de provisão para perda ao valor recuperável da Ferrovia Norte Sul, devido à falta de benefícios econômicos para a VALEC após as subconcessões realizadas em 2007 e 2019, o que impactou o resultado do exercício e de exercícios anteriores. Esses efeitos foram registrados no SIAFI após a aprovação dessas demonstrações financeiras pela Assembleia Geral Ordinária em 2021;
- (9) Reconhecimento da provisão para perda ao valor recuperável dos ativos da FIOL serão registrados no SIAFI somente a partir da aprovação dessas demonstrações financeiras pela Assembleia Geral Ordinária em 2021;
- (10) Conforme descrito na Nota 14, o CPC 06 (R2) estabelece que os contratos de aluguéis, que se enquadram nos requisitos estipulados naquele pronunciamento, deverão ser registrados como direitos de uso no ativo e passivos de arrendamentos no passivo, além de registrar a depreciação desses direitos. Na contabilidade aplicada ao setor público ainda não houve alterações na contabilização dos contratos de aluguéis, os quais continuam sendo registrados como despesas de locações;
- (11) Após análise por parte da Superintendência de Tecnologia da Informação, foram realizadas baixas de softwares sem vida útil e outros substituídos por softwares livres. Esses registros foram efetuados no SIAFI em 2021;
- (12) A diferença nas despesas administrativas, são devido a lançamentos efetuados no SIAFI somente em 2021, como: prescrição de créditos previdenciários e reversão de atualização monetária de depósitos judiciais, além de reconhecimento em 2019 das perdas estimadas sobre créditos a receber e reconhecimento de aluguéis como arrendamentos, conforme CPC 06 (R2);
- (13) As receitas relativas aos contratos de pátios e terminais, cujos contratos são de longo prazo, são diferidas no resultado pelo prazo contratual, conforme a legislação contábil societária. Na contabilidade pública, ela essas receitas são consideradas a partir do seu recebimento;
- (14) A diferença identificada em “outras receitas” se refere à doação de Trilhos pelo DNIT, que no SIAFI foi considerado como ajuste de exercício anterior;
- (15) Classificação em Curto e Longo prazo efetuada no SIAFI em 2021;
- (16) Reclassificação de risco na planilha do jurídico, corrigida no SIAFI somente em 2021. Além da reclassificação de atualizações monetárias das contingências de despesas financeiras para provisões e reversões de provisões quando se trata de baixa de atualização; e
- (17) Devido às divergências entre a contabilidade societária e os registros no SIAFI apresentadas nos demais itens, o prejuízo do exercício e o prejuízo acumulado foram impactados.

**André Kuhn**

Diretor Presidente

Diretor de Negócios – Substituto

**Márcio Lima Medeiros**

Diretor de Administração e Finanças

**Washington Gultenberg de Moura Luke**

Diretor de Empreendimentos

**Meg Sarkis Simão Rosa**

Contadora – CRC/DF – 012674/O-9